

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**MAGDA REGINA REBELATO RANPAZZO**

**RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL  
FRENTE À POLITICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 10/11/08

  
Rosana Maria Gaio  
Coord. de Estágio e TCC  
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS /SC  
2008.2**

**MAGDA REGINA REBELATO RAMPAZZO**

**RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL  
FRENTE À POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Edaléa Maria Ribeiro.

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2008.2**

**MAGDA REGINA REBELATO RAMPAZZO**

**RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL  
FRENTE À POLÍTICA DE HABITAÇÃO EM FLORIANÓPOLIS**

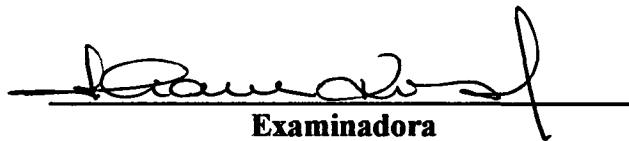
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social, Departamento de  
Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, da  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

**BANCA EXAMINADORA:**



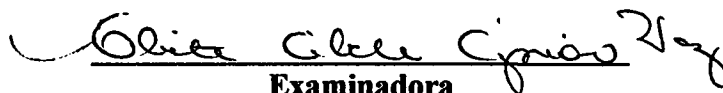
**Orientadora**

**Profª. Dra. Edaléa Maria Ribeiro – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social**



**Examinadora**

**Profª. Mestre Iliane Kohler – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social**



**Examinadora**

**Profª. Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz – Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social**

Florianópolis, Novembro de 2008.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha amada família, pai, mãe, Susi, Gabi, Helo, Ivonei, Sr. Oralino e Sra. Eleda, que, mesmo à distância, contribuiu através de manifestações de apoio e torcida para essa sonhada conquista. Em especial ao meu esposo Claudio, meu maior incentivador, que compartilhou dos melhores e piores momentos dessa jornada, dedicando total compreensão e companheirismo.

Aos meus colegas de trabalho do Bobs, que, quando em possibilidade, prestaram todo o apoio possível, sobretudo à Lupe, Ana Cristina e Eloísa, eternas amigas, em constante disposição a me ouvir e motivar.

A todos os colegas de curso, em especial, Tatiana, Vanessa, Jânifer e Judizeli, pela amizade despendida durante os quatro anos e meio e pelos debates intensos que só fizeram contribuir para o aprendizado.

Às minhas futuras colegas de profissão atuantes na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, com quem terei imenso prazer em compartilhar o ambiente profissional, agradeço pela força, conhecimento e compreensão, principalmente à Fabiana Pedrosani, com quem dividi os momentos relatados neste Trabalho de Conclusão de Curso.

A Comunidade Ponta do Leal, que, determinada e persistente em seu ideal, vem demonstrando às demais comunidades do município de Florianópolis uma verdadeira luta por qualidade dos serviços públicos prestados e o direito à moradia digna.

A todos do departamento de Serviço Social da UFSC, que compreenderam e se solidarizaram com a necessidade de agilizar o processo de colação de grau, em especial às professoras Iliane Kohler e Eliete Cibele Cipriano Vaz, que prontamente acataram em fazer parte da banca examinadora de meu Trabalho de Conclusão de Curso, e principalmente à minha orientadora Professora Edaléa Maria Ribeiro, por quem tenho especial apreço e admiração, obrigada pelo apoio e compreensão nessa importante fase de minha vida.

A todos vocês, sou imensamente grata!

**“Não basta analisarmos a dimensão sócio-econômica-cultural da exclusão, mas é preciso entender o impacto da exclusão do ponto de vista do sujeito, porque é este sofrimento da exclusão que o movimenta no sentido de alterar ou não essa situação”.**

**Aldaíza Sposati, 2001**

**RAMPAZZO, Magda R. R. Protagonismo e Resistência da Comunidade Ponta do Leal frente à política de habitação em Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo geral sistematizar a trajetória de protagonismo e resistência da Comunidade Ponta do Leal, frente à alternativa habitacional proposta pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com vistas a documentar e evidenciar um movimento inédito até então no município em que os sujeitos da ação – os moradores – se opuseram ao Projeto Habitacional elaborado para atendê-los, reivindicando e fazendo valer, através de luta e articulações extra comunidade, o direito à participação, conforme preza a Política Nacional de Habitação. O mesmo desenvolveu-se por meio de pesquisa documental, utilizando-se, de documentos do arquivo da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, como atas de reuniões e audiências, relatórios de atividades, comunicações internas, ofícios e o próprio Projeto Ponta do Leal; reportagens de jornais locais que relatam o contexto e o indeferimento da Comunidade em relação ao Projeto e diário de campo e relatórios de atividades da autora, a qual, como estagiária dessa Instituição, privilegiou, de maneira aproximada e participativa, o acompanhamento dessa trajetória de agosto de 2007 a setembro de 2008. Autores como Ilse Scherer-Warren, Ana Fani Carlos, Edaléa Maria Ribeiro e Maria Lúcia Carvalho da Silva, consubstanciaram o desenvolvimento do presente estudo, fomentado, por meio de embasamento teórico-metodológico, para a compreensão das especificidades de Movimento Social e de Movimento de Bairro como forma de luta dos sujeitos pelo direito ao acesso à cidade.

**Palavras - chave:** Movimento Social, Movimento de Bairro, Política Habitacional, Serviço Social.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ACAMOC</b>	<b>Ação Comunitária Ambiental do Monte Cristo</b>
<b>AN</b>	<b>Jornal A Notícia</b>
<b>APP</b>	<b>Área de Preservação Permanente</b>
<b>ASCAN</b>	<b>Associação dos Servidores da CASAN</b>
<b>BID</b>	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento</b>
<b>CAAP</b>	<b>Centro de Assessoria à Autogestão Popular</b>
<b>CAD ÚNICO</b>	<b>Cadastro Único para Programas do Governo Federal</b>
<b>CASAN</b>	<b>Companhia Catarinense de Águas e Saneamento</b>
<b>CELESC</b>	<b>Centrais Elétricas de Santa Catarina</b>
<b>COHAB</b>	<b>Companhia de Habitação</b>
<b>COMCAP</b>	<b>Companhia de Melhoramentos da Capital</b>
<b>CONSEG</b>	<b>Conselho Comunitário de Segurança</b>
<b>FATMA</b>	<b>Fundação do Meio Ambiente</b>
<b>FGTS</b>	<b>Fundo de Garantia por Tempo de Serviço</b>
<b>FHC</b>	<b>Fernando Henrique Cardoso</b>
<b>FLORAM</b>	<b>Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis</b>
<b>FMIS</b>	<b>Fundo Municipal de Integração Social</b>
<b>GIDUR</b>	<b>Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano</b>
<b>HB</b>	<b>Habitar Brasil</b>
<b>HBB</b>	<b>Habitar Brasil BID</b>
<b>IPUF</b>	<b>Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis</b>
<b>MPF</b>	<b>Ministério Público Federal</b>
<b>OGU</b>	<b>Orçamento Geral da União</b>
<b>ONGs</b>	<b>Organizações Não - Governamentais</b>
<b>PAC</b>	<b>Programa de Aceleração do Crescimento</b>
<b>PC do B</b>	<b>Partido Comunista do Brasil</b>
<b>PETI</b>	<b>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</b>
<b>PIB</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>
<b>PMF</b>	<b>Prefeitura Municipal de Florianópolis</b>
<b>PNH</b>	<b>Política Nacional de Habitação</b>
<b>PSH</b>	<b>Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social</b>

<b>PSOL</b>	<b>Partido Socialismo e Liberdade</b>
<b>PT</b>	<b>Partido dos Trabalhadores</b>
<b>RAP</b>	<b>Relatório Ambiental Prévio</b>
<b>SC</b>	<b>Santa Catarina</b>
<b>SMHSA</b>	<b>Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental</b>
<b>SSDS</b>	<b>Secretaria de Desenvolvimento Social</b>
<b>UFECO</b>	<b>União Florianopolitana de Entidades Comunitárias</b>
<b>UFSC</b>	<b>Universidade Federal de Santa Catarina</b>



## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1</b>	Habitação Social em Florianópolis.....	24
<b>Figura 2</b>	Habitação Social em relação ao total populacional de Florianópolis.....	25
<b>Figura 3</b>	Fluxograma dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID.....	33

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>I PARA COMPREENDER MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO DE BAIRRO.....</b>	<b>13</b>
1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS.....	13
1.2 MOVIMENTO DE BAIRRO – RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO.....	19
<b>II A QUESTÃO URBANA E A RESPOSTA EM TERMOS DE POLÍTICA HABITACIONAL PROPOSTA PELA PMF.....</b>	<b>23</b>
2.1 O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E O CRESCIMENTO DESORDENADO.....	23
2.2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DESENVOLVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS FRENTE AO CRESCIMENTO DA CIDADE.....	26
<b>III RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL FRENTE À POLÍTICA DE HABITAÇÃO PROPOSTA PELA PMF.....</b>	<b>36</b>
3.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA DOCUMENTAL.....	39
3.2 O CONTEXTO E OS SEUS SUJEITOS.....	40
3.3 A PROPOSTA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS PARA A COMUNIDADE PONTA DO LEAL.....	42
3.4 A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL FRENTE À PROPOSTA HABITACIONAL OFERECIDA PELA PMF.....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>72</b>
A – Comunicação da Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal encaminhada à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em 15 de Abril de 2008.....	73
B – Comunicação da Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal encaminhada à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em 23 de Abril de 2008.....	75
C – Edital publicado em Diário Oficial, convocando Audiência Pública em 19 de Junho de 2008, para tratar sobre o Projeto Habitacional Ponta do Leal.....	77

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo geral sistematizar a trajetória de protagonismo e resistência da Comunidade Ponta do Leal frente à alternativa habitacional proposta pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, com vistas a documentar e evidenciar um movimento inédito até então no município em que os sujeitos da ação – os moradores – se opuseram ao Projeto Habitacional elaborado para atendê-los, reivindicando e fazendo valer, através de luta e articulações extra comunidade, o direito à participação, conforme preza a Política Nacional de Habitação. Nesse contexto, este trabalho procura, ao longo de sua elaboração: explicitar a compreensão de Movimentos Sociais hoje e, em particular, do Movimento de Bairro; compreender o que significa protagonismo e resistência na trajetória de Movimentos Sociais; explicitar, via pesquisa documental, o protagonismo da Comunidade Ponta do Leal; identificar os desafios para a profissão de Serviço Social na implementação da Política de Habitação, diante de movimentos de resistência.

Assim, esta monografia consubstanciou-se em Pesquisa Documental, como procedimento metodológico, utilizando-se de documentos do arquivo da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, como atas de reuniões e audiências, relatórios de atividades, comunicações internas, ofícios e o próprio Projeto Ponta do Leal; reportagens de jornais locais que relatam o contexto e o indeferimento da Comunidade em relação ao Projeto, bem como, diários de campo, relatórios de atividades da autora, a qual como estagiária da referida Instituição, acompanhou essa trajetória de agosto de 2007 a setembro de 2008.

Nesse sentido, o trabalho estrutura-se em três seções. A primeira buscou apresentar o conhecimento que se tem acerca do significado do termo Movimentos Sociais e traçar, ainda que superficialmente, sua trajetória, desde sua origem até sua configuração mais atual – Os Novos Movimentos Sociais. Evidencia, ainda nesta seção, as especificidades do Movimento de Bairro.

A segunda seção retrata o crescimento impactante da ocupação do solo do município de Florianópolis nas últimas décadas, advindo do número cada vez maior de migrantes que procuram por qualidade de vida, entretanto, em desarmonia com a falta de estrutura do município para receber tamanho contingente populacional. Diante das conseqüências da ocupação desordenada do espaço urbano, o poder público municipal vem tentando suprir as deficiências decorrentes de tal processo. Sendo assim, essa seção retrata ainda as políticas

implantadas no município na tentativa de fazer o enfrentamento às demandas do déficit habitacional.

A terceira seção buscou sistematizar as informações colhidas na pesquisa documental, de modo a delinear a resistência e protagonismo da Comunidade Ponta do Leal, enfatizando as principais articulações entre Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, e a utilização eficiente por parte dos moradores dos espaços privilegiados de discussão da cidade, inserindo, na agenda pública e no debate societário, a questão que os envolveu.

Findando o trabalho, encontram-se as considerações finais, que, de forma reflexiva, procuram identificar os desafios para o exercício do Serviço Social comprometido com o Projeto Ético Político da profissão, na implementação das Políticas Habitacionais.

## **I PARA COMPREENDER MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTO DE BAIRRO**

### **1.1 MOVIMENTOS SOCIAIS**

Afirmamos, neste trabalho, que o protagonismo e resistência perpetrados pela Comunidade Ponta do Leal e aliados são expressão da trajetória de um Movimento Social: o Movimento de Bairro. Logo, se coloca como tarefa, no presente trabalho, explicitar o que entendemos por Movimentos Sociais e, em particular, por Movimento de Bairro.

Nosso breve percurso pela literatura que investiga o tema movimentos sociais nos permite afirmar tratar-se de uma categoria que não goza de unanimidade entre seus pensadores, seja agora, seja ao longo da história. Assim, procuramos inicialmente fazer seu percurso histórico, bem como o significado que o termo assume hoje.

Conforme Silva, a palavra movimento social foi criada por Lorenz Von Stein, no século XIX, em meados de 1840, na Alemanha, ao apontar a necessidade de um ramo da ciência social que se voltasse para o estudo dos movimentos sociais em vigência, como, por exemplo, o movimento operário e o socialismo emergente. (SILVA, 2001, p. 15).

Posteriormente, de acordo com Ana Maria Doimo, o termo foi apropriado no âmbito do marxismo

[...] para representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção, essa categoria adquiriu a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista [...] (DOIMO, 1995, p. 39).

O conceito de Movimento Social, sob a premissa das abordagens teóricas marxistas, do século XIX até os anos 50 do século XX, sempre se apresentou vinculado ao movimento de luta de classes, bem como fundamentado na centralidade do próprio conceito de classe e no sujeito principal desse processo: a classe operária. Segundo Silva, essa manifestação justifica os estudos empíricos europeus terem como objeto o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos.

Conforme Ana Maria Doimo, no Brasil, até os anos 60, essa perspectiva de análise de Movimento Social vinculado à luta da classe trabalhadora também é identificada:

Falar em movimento social significava referir-se à suposta virtualidade revolucionária do proletariado e acreditar em sua organização racional, isto é, diagnósticos claramente baseados em premissas científicas, metas previamente definidas, além de regras e normas dotadas de eficácia para o

alcance dos objetivos táticos estratégicos. Os sindicatos e os partidos políticos de orientação socialista e comunista representariam, nessa perspectiva, a forma mais acabada desse tipo de organização, e tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social; quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros “assuntos da classe trabalhadora”. (DOIMO, 1995, p. 39).

De acordo com Silva (2001), a partir de 1960, na Europa Ocidental e EUA, eclodem novas modalidades de movimentos sociais, como dos direitos civis nos Estados Unidos da América, dos estudantes na Europa, do feminismo, do movimento pela paz, que passaram a exigir novas investigações e interpretações. “Nesse período, os movimentos sociais, além de ganharem espaço e visibilidade na sociedade, ganharam também status de objeto científico na academia, a par do desenvolvimento de novas teorias sobre a sociedade civil e a ação coletiva” (SILVA, 2001, p. 18).

Nesse sentido, Ana Clara Torres Ribeiro (1989) aponta ainda para a década de 60, “a emergência de mobilizações indicava tanto a crítica à sociedade de consumo ou de massas (pós-industrial) quanto o esgotamento político de pactos sociais calcados no Estado de Bem-Estar (Welfare State)” (RIBEIRO, 1989, p. 90).

Para a autora, nessa década, revelaram-se rebeliões estudantis, da juventude (movimento hippie), das chamadas minorias étnicas e sexuais, além de sistematizações da vida política desejável e o aparecimento de novas utopias sociais.

Entretanto, segundo Carvalho, na América Latina, estes “movimentos sociais surgiram em princípio nos grandes centros, articulados a redes movimentalistas em que se destacam a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político, em geral de cunho não democrático” (SILVA, 2001, p. 30).

Mais tarde, ainda no contexto latino-americano, os movimentos sociais se espalhariam para os demais países de estrutura econômica de base mais agrária, em torno de demandas como terra, moradia, educação, alimentos, serviços, equipamentos sociais, entre outros.

Na concepção de Carvalho, na América Latina, a política sempre foi a grande arena de articulação, pelo fato de os movimentos sociais sempre estarem envolvidos ou ligados a relações de poder, visto serem fundamentalmente processos sócio-político-culturais (SILVA, 2001, p. 31). Diz a autora:

Já as análises teóricas dos Movimentos Sociais na América Latina repousam, via de regra, nas matrizes européias apresentadas, nas noções ou conceitos de participação, experiência, direitos, cidadania, exclusão social,

identidade coletiva, solidariedade, bem como de luta social, conflito social, classe social, mudança social, nas suas mais diversas acepções. (SILVA, 2001, p. 31).

Denise Lacerda salienta que a presença dos movimentos sociais no Brasil irá transparecer com maior relevância apenas a partir da segunda metade da década de 70. A crise política e econômica que assolou o país na década de 60, somada ao golpe militar de março de 1964, concebeu ao Brasil uma política de caráter repressivo:

A repressão social, a destruição das organizações populares, das associações operárias, camponesas e estudantis, a anulação dos mandatos de alguns parlamentares, a suspensão de direitos políticos, a dissolução dos partidos, a perseguição às organizações de esquerda, a intervenção em sindicatos, a censura à imprensa, às obras artísticas e culturais, ao teatro, ao cinema e à música, e até o encarceramento e tortura da liderança popular. (LACERDA, 2000, p.123).

É a partir dos anos 70, segundo Lacerda, que irão surgir no país formas de associação pelas quais a sociedade civil rompe com a passividade e organiza-se em clubes de mães, grupos comunitários, comissões de moradores, comissões de fábricas, entre outros. “A multiplicação desses movimentos resulta em um ponto fundamental: define novas formas de participação e de reivindicação de direitos, ou seja, demonstra a capacidade de articulação dos moradores na luta pelo direito à cidadania.” (LACERDA, 2000, p.125).

Ainda conforme essa autora, tais movimentos surgiram com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida; significou a “criação de um novo sujeito social e histórico, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Eram novos atores que se constituíram num processo de auto-organização, ocupando os espaços públicos e reivindicando direitos”. (LACERDA, 2000, p.125).

É nesse contexto histórico que surgem novas teorias para explicar os movimentos sociais. Nos Estados Unidos, uma nova corrente interpretativa dos movimentos sociais, denominada teoria da Mobilização de Recursos (MR), rejeitou a abordagem psicossocial até então predominante, procurando explicar as ações coletivas por uma concepção comportamentalista-organizacional (SILVA, 2001, p. 19).

Para Carvalho, essa teoria predominou nos estudos norte-americanos sobre movimentos sociais nos anos 70 e 80. Conforme a concepção da teoria da Mobilização de Recursos, os Movimentos Sociais eram:

[...] vistos como grupos de interesse que, dotados de racionalidade instrumental, surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas e se mantêm na medida em que possuem um estoque de recursos humanos, financeiros, de infra-estrutura e de comunicação. Permeia essa teoria uma visão economicista utilitarista, embora a dimensão política possa também ser percebida (SILVA, 2001, p. 20).

Os estudos sobre movimentos sociais urbanos tiveram ênfase no Brasil, a partir da década de 80, fundamentando-se principalmente na construção teórica de Manuel Castells. Na opinião de Castells, estes aparecem como “práticas coletivas conscientes, originárias de problemas urbanos, capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas em contradição com os interesses sociais dominantes institucionalizados” (SILVA, 2001, p. 27).

De acordo com a mesma autora, Castells distingue três tipos de protestos urbanos: 1) os sindicais, em torno de demandas de consumo coletivo; 2) os comunitários, que visam à criação ou à manutenção de culturas locais, buscando uma identidade cultural; e 3) os movimentos de cidadãos, que intentam construir ou ampliar o poder local, descentralização das áreas de vizinhança e autogestão urbana.

É na década de 90 que, no Brasil, percebe-se o surgimento dos chamados novos movimentos sociais: “ Os movimentos ecológicos, novos movimentos religiosos, movimentos de medicina alternativa, assim como outros sofrem releituras na ótica do ‘politicamente correto’, tais como o movimento dos direitos civis, de gays e lésbicas, das mulheres e da paz.” (SILVA, 2001, p. 21).

Segundo Carvalho e outros estudiosos do tema, nessa década, o alcance dos movimentos sociais passou a ser marcadamente circunscrito à ampliação e efetivação dos direitos de cidadania e das políticas sociais, e menos direcionados às mudanças estruturais das relações capitalistas (SILVA, 2001, p. 32), o que não significou dizer que esta perspectiva tenha sido abandonada, mas tão-somente que perde centralidade, ficando como elemento subjacente.

Nesse período, marcado por profundas alterações nas formas de produção e de gestão do trabalho, exigência do mercado globalizado, e também de profundas alterações entre as relações Estado e sociedade, emergem novos tipos de privações sociais e econômicas e os novos movimentos sociais, portanto, refletem a percepção da população diante dessa nova tendência e trazem novos significados.



Os elementos impulsionadores da análise dos movimentos sociais, nesse período, passam por uma (re) conceituação. Conforme Carvalho, os anos 90 enfatizam duas categorias básicas - a cidadania coletiva e a exclusão social:

As novas referências são os novos atores sociais: mulheres, jovens, negros, índios, pobres, homossexuais, ecologistas, idosos, os excluídos e os apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho. A pobreza persistente, o desemprego e as desigualdades crescentes são as novas questões da cidadania, que vêm gerando os movimentos sociais contemporâneos, o associativismo civil e econômico que abrange o fenômeno das ONGs e das inúmeras redes de solidariedade social, que estabelecem, tanto com o Estado como com as empresas, políticas e projetos de parceria. (SILVA, 2001, p. 32).

As matrizes explicativas desses novos sujeitos coletivos se orientam, principalmente, nas premissas de construção de novas formas de relações sociais e de produção, tendo como questão central a identidade coletiva, e como referência mais ampla, a conjuntura política e econômica.

Os autores que mais se destacaram na construção teórica sobre os Novos Movimentos Sociais são Touraine, Melucci e Offe:

Para Touraine, os Movimentos Sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modo cultural, num dado tipo de sociedade. São agentes históricos que expressam em cada momento formas históricas de opressão, miséria, injustiça, desigualdade, etc., mas expressam também muito mais do que isso, pois apontam o devir, através de sua crítica, de suas formas de contestação, de suas lutas na busca de novas alternativas para a direção de uma nova historicidade. (SILVA, 2001, p. 23).

Touraine ressalta que movimentos sociais e democracia andam juntos; ele acredita que somente nas sociedades democráticas os movimentos coletivos de resistência se desenvolvem, pois a liberdade política engendra aos atores sociais a procura do bem comum, ao mesmo tempo em que defendem seus interesses particulares.

Já para Alberto Melucci:

Movimento Social é o produto da relação dos elementos de quatro sistemas: “Produção, Político, Organizacional e do Mundo da Vida.” “Seus estudos situam-se mais no nível micro, na ação coletiva de indivíduos.” Também vem estudando os Movimentos Sociais por várias décadas. Tornou-se referência internacional ao criar a análise do conceito de identidade coletiva. Para o autor, a ação coletiva é a união de vários tipos de conflitos

baseados no comportamento dos atores num sistema social. (SILVA, 2001, p. 23).

Conforme sua concepção, é possível identificar transformações na cultura e nos costumes, a partir da atuação dos movimentos sociais. “Eles institucionalizam práticas sociais e mudam a linguagem cultural de uma época, citando, como exemplos, as preocupações com ecologia, raça, gênero, etc.” (SILVA, 2001, p. 24).

Por fim, segundo Clauss Offe,

os Movimentos Sociais são elementos novos dentro de uma nova ordem que estaria se criando. Reivindicam seu reconhecimento como interlocutores válidos, atuam na esfera pública e privada. Objetivam a interferência em políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, articulando-se em torno de objetivos concretos. Para ele, o “modo de atuar dos Novos Movimentos Sociais surge como uma resposta racional a um conjunto específico de problemas”. (OFFE, 1988, p. 212 apud SILVA, 2001, p. 25).

Offe visualiza nos Movimentos Sociais, formas inéditas de expressão da vontade política em torno de problemas da vida cotidiana e da construção de novos atores sociais. O aumento de ideologias e de atitudes, na concepção do autor, leva as pessoas a fazer uso cada vez maior dos direitos democráticos existentes. (GOHN, 1997b, p.165, apud, SILVA, 2001, p. 25).

Os autores brasileiros que discutem movimentos sociais filiam-se a muitas destas construções teóricas aqui destacadas, principalmente a do pensamento europeu.

Nelson Dacio Tomazi, no texto “O que é movimento Social?” (TOMAZI, 1993, p.216), proporciona uma visão geral sobre o tema movimento social, utilizando como exemplo de análise a manifestação de um grupo de moradores de um conjunto habitacional que resistiram a uma ordem de despejo pela Prefeitura Municipal aos mutuários inadimplentes:

Trata-se da ação coletiva de moradores de um conjunto habitacional, identificados por situações comuns de opressão. A ação tem um objetivo claro: superar as condições de opressão. Para isso se organizam – contratam advogados, fazem reuniões, buscam alternativas, desenvolvem estratégias de luta, chamam a imprensa. E essa ação explicita uma determinada maneira de defender seus interesses, compreendendo, portanto, uma dada cultura e uma dada consciência da situação que vivenciam. Com tais considerações, podemos chegar ao seguinte entendimento de movimento social: trata-se da ação conjunta de homens, a partir de uma determinada

visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade. (TOMAZI, 1993, p.216).

Ilse Scherer-Warren declara que tanto o associativismo civil como os movimentos sociais são formas pelas quais se torna possível consolidar a participação dos indivíduos na esfera pública, bem como “possibilitam a formação de identidades coletivas e ideários comuns, pré-requisitos para a demanda coletiva de direitos e para a criação de novos valores e normas para a vida societária.” (SCHERER-WARREN, 2001, p.41).

Para Ilse Scherer-Warren, Movimento Social:

É um conjunto mais abrangente de práticas sócio-político-culturais, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis, que visam à realização de um projeto de mudança: social (a partir do cotidiano), sistêmica ou civilizatória” (SCHERER-WARREN, 1999, apud, SCHERER-WARREN 2001, p.45).

É nesta perspectiva que compreendemos aqui movimentos sociais, ainda que saibamos todas as implicações que cada escolha teórica incorre.

O Movimento de Bairro, um tipo de Movimento Social, caracteriza-se, prioritariamente, pela luta e resistência na reivindicação por serviços coletivos de infraestrutura urbana, por condições digna de moradia, por um lugar no concorrido espaço urbano, pela constante busca por melhoria da qualidade de vida. Diz respeito fundamentalmente ao direito à cidade.

Desta forma, o Movimento de Bairro, assim como os outros movimentos, apresenta práticas sócio-políticas-culturais particulares possíveis de serem apreendidas quando nos detemos em compreender o protagonismo e a resistência que circunscrevem estas práticas.

Para tanto, procuraremos, no item que segue, entender o que seja protagonismo e resistência.

## 1.2 MOVIMENTO DE BAIRRO – RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO

De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001, p. 2438), resistência indica: ato ou efeito de resistir; recusa de submissão à vontade de outrem; oposição; reação; luta que se mantém como ação de defender-se; reação a uma força opressora; qualidade de quem demonstra firmeza, persistência; direito que possui alguém de defender-se de ordens injustas, ou atos que violem seus direitos; oposição.

Já protagonismo, segundo Houaiss (2001, p. 2316), indica o indivíduo que tem papel de destaque num acontecimento, que combate na primeira fila; que desempenha o papel principal em uma peça teatral; lutar; combater.

Segundo Ribeiro, a partir dos anos 80, começam a surgir, mais expressivamente no cenário urbano, Movimentos Sociais de Bairro que, no enfrentamento das expressões da questão social decorrente do processo de reprodução do capital, travam lutas de reivindicação pelo solo urbano, por acesso aos serviços de infra-estrutura como saneamento básico, moradia digna, regularização de vias, transporte, educação, saúde, emprego, lazer, entre outros. Enfim, luta por direitos básicos de cidadania e de acesso à cidade. (RIBEIRO, 2005, p. 92).

Inseridos nesse espaço contraditório, permeado pela disputa e concorrência, os sujeitos de tais movimentos resistem e protagonizam a luta por condições dignas de reprodução da vida social.

Ao tratar do espaço urbano, Ana F. Carlos o retrata atrelado ao processo de reprodução do capital e às contradições sociais inerentes a ele:

A paisagem urbana metropolitana refletirá assim a segregação espacial, fruto de uma distribuição de renda estabelecida no processo de produção. Tal segregação aparece no acesso a determinados serviços, à infra-estrutura, enfim, aos meios de consumo coletivo. O choque é maior quando se observam as áreas da cidade destinadas à moradia. É aqui que a paisagem urbana mostra as maiores diferenciações, evidenciando as contradições de classe (CARLOS, 2007, p. 42.).

## Segundo Castells

[...] a especificidade das contradições propriamente urbanas estaria centrada em dois eixos. Primeiro, os problemas relacionados com a organização social do espaço (concentração de seres humanos sem recurso algum nas grandes cidades e inexistência de mecanismos econômicos para sua reprodução e sociais para seu controle). Segundo, os que concernem à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo (habitação, transporte, saúde, equipamentos coletivos, etc) (CASTELLS, apud, BENEDICTO SILVA, 1986, p. 790).

Castells assinala que o sustentáculo das contradições urbanas decorre do desenvolvimento do capitalismo, que, em sua fase mais intensa, gera constantemente novas expressões da questão social.

Sendo assim, os Movimentos de Bairro, frente às expressões da questão social, representam uma forma de organização local, em que os sujeitos, subjetivamente identificados

por um determinado sentimento de pertencimento e objetivos em comum, fazem o enfrentamento, exigindo do Estado serviços de infra-estrutura urbana com qualidade ou, em sua falta, a efetivação desses e igual direito à cidade por parte de todos seus cidadãos.

De acordo com Scherer-Warren; Chaves, o Movimento de Bairro, como um tipo de Movimento Social, constitui-se a partir da identidade de moradores em luta ou reivindicação por melhorias do espaço urbano em seus bairros, municípios ou região.

O movimento comunitário é entendido aqui como o conjunto de organizações (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, etc.) que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia (ser morador do bairro, da região, município). (SCHERER-WARREN; CHAVES, 2004, p.58).

Entretanto, apesar da existência de uma questão em comum que os une, a característica central que, conforme as autoras, determina a identidade *mobilizadora*, não é atribuída apenas pelo local de moradia, “mas construída através do reconhecimento – e compartilhamento – coletivo da luta política como meio para atingir seus objetivos [...]” (SCHERER-WARREN; CHAVES, 2004, p.59 ).

Ana F. Carlos faz uso do conceito de Paul Singer para definir os movimentos de bairro:

Os movimentos de bairro são parte da dinâmica social do mundo urbano capitalista. Eles constituem ao mesmo tempo formas de solidariedade, coesão comunal e de luta por melhores condições de vida da população pobre. Os que carecem de recursos econômicos e de poder dependem, muito mais do que as camadas mais privilegiadas, do contato social com seus iguais e da ajuda mútua que dele pode resultar [...]. Os movimentos de bairro têm por base formas de coesão social que viabilizam sua expressão ‘para fora’ no sentido de reivindicar, junto dos poderes públicos, a satisfação de demandas que decorrem das próprias urgências da vida urbana, tal como ela se constitui atualmente (SINGER, apud, CARLOS, 2007, p. 42.)

Partilhamos com Ana F. Carlos a compreensão de movimento de bairro, segmentos urbanos da sociedade civil constituindo-se como sujeitos sociais, com práticas coletivas, aproximados em função de uma determinada necessidade social, organizando-se e construindo uma identidade coletiva que os torna sujeitos da sua própria história.

No interior destes grupos sociais, marcados pelo acesso desigual à cidade os quais cotidianamente fazem o enfrentamento à opressão, ao não pertencimento, é possível identificar, de forma mais acentuada que em outras classes, manifestações sociais como a solidariedade, o apoio e a ajuda mútua, elementos esses de extrema relevância que vêm a atender, ainda que paulatinamente, as carências da vulnerabilidade social.

Para se lograrem protagonistas da construção do direito ao acesso à cidade e, portanto sujeitos participantes e atuantes do plano societário que os envolve, estes sujeitos, comprometidos com causas coletivas, engendram estratégias de luta e resistência na defesa por seus direitos, incluindo seus interesses na agenda pública - institucional.

O processo vivido pela Comunidade Ponta do Leal é um exemplo disto; a trajetória de resistência e protagonismo que marcou os últimos anos desta população, exigindo do poder público municipal a participação e controle social no desenvolvimento do Projeto Habitacional que respondesse às suas necessidades e interesses.

O processo de organização, resistência e articulação com os demais segmentos da sociedade, entre eles o Ministério Público, alterou a proposta do Projeto Habitacional pensado para a Ponta do Leal, que agora deverá contar com a participação e controle da comunidade, desde a escolha do local do empreendimento, tamanho das unidades do Conjunto Habitacional, dentre outros elementos.

Para entendermos o significado histórico desta luta, que num primeiro momento parece tão particular, mas não o é, precisamos, primeiramente, contextualizar a ocupação do espaço urbano no município de Florianópolis, bem como localizar a política de habitação desenvolvida pelo município para enfrentar a questão habitacional e urbana de Florianópolis.

## **II A QUESTÃO URBANA E A RESPOSTA EM TERMOS DE POLÍTICA HABITACIONAL PROPOSTA PELA PMF**

### **2.1 O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E O CRESCIMENTO DESORDENADO**

Segundo Soares, o fato de Florianópolis ser a capital do estado trouxe ao município conseqüências com reflexos expressivos no que tange à questão urbana. Durante muitos anos, especialmente no período militar, a administração local desenvolveu-se unificada com a administração estadual, fazendo do município um agente passivo (SOUZA, 2004, p.130 apud SOARES, 2007, p. 54):

O município nasceu e cresceu como centro administrativo cultural do Estado, sendo, portanto, predominante o setor terciário da economia. A presença da máquina pública estatal ganha uma dimensão muito grande, gerando uma dependência de empregos públicos por parte expressiva da população, o que permite o controle político pelas elites dominantes presentes no poder. (RIBEIRO, 2005, p. 92).

Conforme Trindade, no final da década de 80 e início dos anos 90, Florianópolis recebeu uma migração intensa de trabalhadores (as) pobres e suas famílias, reflexo principalmente do êxodo rural vivido no estado e região. Assim como em outras metrópoles brasileiras, nesse período foi grande o número de pessoas que trocaram o interior do estado pela capital em busca de melhores condições de vida (TRINDADE, apud, SOARES, 2007, p. 56).

Os migrantes, em sua maioria oriundos do Oeste e Meio Oeste catarinense, chegavam à cidade sem ter qualquer perspectiva de trabalho. Grande parte das famílias acabavam por ocupar um pedaço de terra qualquer, onde construíam pequenas casas com pedaços de madeira e outros materiais. Isso, consoante a autora, acontecia em encostas de morros, nas periferias da cidade ou ao longo de rodovias. Os locais ocupados geralmente não possuíam qualquer tipo de infra-estrutura urbana (TRINDADE, apud, SOARES, 2007, p. 56).

De acordo com Ribeiro, uma das explicações para o intenso número de migrantes da zona rural para a zona urbana nos anos 90 é a deterioração e precarização do espaço rural:

[...] o fenômeno pode ser explicado pelo crescente e acentuado êxodo rural dos anos 90, que vem drasticamente marcando o Estado face às condições de vida da população rural, sem perspectiva de vida no campo, afetadas direta e/ou indiretamente pela política econômica e ajuste estrutural implementados pelos governos brasileiros, principalmente nesta década (RIBEIRO, 2005, p.128).

Este crescimento vertiginoso da população resulta sobretudo da constante migração de grupos das distintas classes sociais que procuram pela cidade propagandeada como “capital da qualidade de vida”:

Além de receber migrantes do interior dos estados do sul do país que, sem perspectivas de trabalho em seus locais de origem vêm ocupando as regiões mais carentes da cidade, Florianópolis acolhe também famílias de classe média e alta que buscam um bem-estar que julgam ter desaparecido em suas cidades de origem. Em consequência disso, a ocupação do solo ocorre de forma desordenada, alvo muitas vezes da especulação imobiliária. “O poder estatal, além de não responder às demandas de serviços das comunidades que crescem, está fortemente orientado para a defesa dos interesses de empreiteiras e grandes empresas de turismo.” (SCHERER-WARREN; CHAVES, 2004, p.62).

Para que tenhamos idéia da gravidade da situação de Florianópolis, segundo dados estatísticos encontrados no site da PMF ([www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)), a população vivendo em áreas de interesse social no município atinge 65 mil habitantes, um percentual de aproximadamente 16 % da população total.

No quadro que segue, pode-se acompanhar o crescimento da população nestas áreas hoje consideradas de interesse social:

Ano	População da Cidade	Nº de AIS	População das Áreas Favelas	Taxa de Crescimento AIS
1987	228.246	29	21.393	
1992	254.941	42	32.290	44,82%
1996	271.281	46	40.283	9,52%
2000	331.784	55	54.340	19,56%
2004	386.913	58	61.445	5,45%
2006	406.564	65	65.000	12,06%

**Figura 1:** Habitação Social em Florianópolis

Fonte: ([www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)) acessado em 10/10/2008



Tais dados foram obtidos através de uma pesquisa por amostragem realizada pelo Departamento de Desenvolvimento Social, a qual estimou a percentagem da população em áreas de interesse social em relação ao número total da população da cidade em:

1987	1992	1996	2000	2004	2006
9,37%	12,66%	14,84%	16,37%	15,88%	15,98%

**Figura 2:** Habitação Social em relação ao total populacional de Florianópolis

Fonte: ([www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)) acessado em 10/10/2008

Tendo em vista os dados acima fornecidos, depreende-se, portanto, que o município de Florianópolis, tanto quanto em outras cidades de grande porte, apresenta um crescimento urbano acelerado, intensificado pelas grandes obras viárias, pela instalação das sedes de empresas estatais nas décadas de 1960 e 1970, como também a emergência do turismo na década de 1980 (SOARES, 2007, p. 56), pela especialização no setor terciário como consequência do estímulo ao mercado turístico, a partir da década de 1990, confirmando a seletividade qualitativa dos serviços financeiros e técnicos especializados.

Algo que marca a economia catarinense, ou uma parte dela, e acentuadamente a região de Florianópolis, nos últimos 20 anos, é o fortalecimento do setor turístico. Desde que as praias de Santa Catarina foram descobertas pelos argentinos, nos anos 70, e, mais recentemente, pelos paulistas, paranaenses e gaúchos, o litoral de Santa Catarina assiste a um fluxo que é crescente (RIBEIRO, 2005, p. 26)

Segundo o Censo Demográfico do ano de 2000, realizado pelo IBGE, a população florianopolitana atingiu um total de 342.315 habitantes. Nos anos 90, esta teve um acréscimo absoluto de 86.955, ou seja, Florianópolis cresceu 34 %, resultado da combinação entre entrada populacional por migração e crescimento vegetativo. (FLORIANÓPOLIS, 2003<sup>a</sup>, p.7).

Isto significou, segundo Ribeiro, a incorporação de um novo nicho de mercado na economia de Florianópolis, de efeito sazonal, mas com impactos consideravelmente importantes ao desenvolvimento da cidade. De acordo com a autora, ainda que esse processo significasse considerável aumento das vagas em empregos temporários, a intensa migração gera um impacto grande de urbanização, “uma urbanização sem controle, não preservada, que envolve poluição, esgoto in natura porque não tem infra-estrutura em sintonia com o crescimento da população.” (RIBEIRO, 2005, p. 26).

Assim, a cidade vive desafios que precisam urgentemente de solução:

Florianópolis vive um momento crítico no que diz respeito à questão do planejamento urbano. Faz-se clara uma disputa de projetos e representações do que seria uma cidade melhor, que se manifesta principalmente no processo de construção dos planos diretores locais e que exemplificam um pouco como (não) tem se dado o diálogo entre sociedade civil e prefeitura. (SCHERER-WARREN; CHAVES, 2004, p.62).

Como expõe Ribeiro, ainda que a política econômica de abertura comercial rendesse efeitos diversos na estrutura produtiva, estimulando o crescimento do setor tecnológico, comercial e industrial, capacitando-a para uma concorrência no mercado, em contrapartida, temos como consequência elevados índices de desemprego, redução dos postos de trabalho, precarização nas relações trabalhistas, terceirização, aumento migratório campo-cidade, agravamento do quadro de empobrecimento da população, violência urbana, adensamento dos quadros de favelização ao longo do litoral catarinense. (RIBEIRO, 2005, p.103).

Diante da realidade brevemente apresentada, situaremos as respostas dadas pelo setor público, em se tratando da política de habitação.

## 2.2 A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DESENVOLVIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS FRENTE AO CRESCIMENTO DA CIDADE.

Gonçalves destaca que a trajetória da política habitacional brasileira <sup>1</sup>se faz atrelada à cidade, haja vista que esta, historicamente, atravancou um espaço relevante nos diferentes modos de produção. Concomitantemente, o processo de industrialização implicou notável crescimento das cidades, fazendo emergir transformações sociais relacionadas à questão habitacional, entre elas: o crescimento demográfico, a aglomeração de populações nos centros urbanos, a valorização do solo urbano, a segregação social e espacial. (GONÇALVES, 2000, p. 250, apud, SOARES, 2007, p. 22).

Todo esse processo de inchamento das metrópoles, com o tempo, desencadeou pressão popular, cujo objetivo se pautava em chamar a atenção do Estado para a questão habitacional. Movimentos sociais reivindicaram por ações na área:

A trajetória da Política Habitacional Brasileira, ao compor a Política Urbana, caracterizou-se na interrelação dos movimentos sociais com o Estado (GONÇALVES, 2000 apud, SOARES 2007, p. 23), todavia as ações

---

<sup>1</sup> Para ler mais sobre o tema Política Nacional de Habitação, vide Fabiana Souza Soares, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC.

inferidas pelo Estado, relativas à habitação, fizeram-se, não raro, escamoteadas, objetivando amenizar as contradições antagônicas entre as classes existentes, reduzindo o conflito entre capital e trabalho. (SILVA, 1989, apud, SOARES 2007, p. 23).

Por meio da Promulgação da Constituição Federal de 1988, instituíram-se, em seu Capítulo II, “Da Política Urbana”, dois artigos, 182 e 183, os quais estabeleceram a gestão da Política Urbana Brasileira. Entretanto, os programas habitacionais lançados nos anos seguintes não obtiveram êxito e a situação da questão habitacional brasileira apenas se agravou.

Somente em 1992, sob o governo de Itamar Franco, são lançados Programas significativos como o Habitar Brasil (HB), destinado a atender os municípios com mais de 50 mil habitantes, e o Morar Município, voltado aos municípios menores.

Tais programas de habitação popular, implementados a partir de 1993, ficaram sob o controle e a coordenação do Ministério do Bem-Estar Social. Em seu teor constava a obrigatoriedade da criação de um Conselho Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social, bem como de um Fundo Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social. (SOARES, 2007, p. 26)

De acordo com Gonçalves, os programas significariam um avanço quanto à gestão da Política Habitacional, especialmente pela obrigação que teriam os estados e municípios de estabelecer o funcionamento dos conselhos e a constituição de fundos específicos para a habitação. No entanto, até o final da gestão de Itamar, segundo a autora, não foram constituídos na esfera federal nem o Conselho e muito menos o Fundo. Não se desenvolveu, portanto, a efetivação do Programa por falta de um fundo de recurso federal. (GONÇALVES, 2000, p. 255, apud, SOARES 2007, p. 26).

Conforme Soares, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deu-se continuidade aos Programas já existentes no governo anterior, entre eles o Pró-Moradia, financiado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e o Habitar Brasil (HB), financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ambos destinados à população de baixa renda. (GONÇALVES, 2000, p. 255, apud, SOARES 2007, p. 26).

A área da habitação, no segundo governo de FHC, mediante o Programa Habitar Brasil (HB), recebeu recurso financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), passando o Programa Habitar Brasil a ser denominado Programa Habitar Brasil BID. (SOARES, 2007, p. 28).

No ano de 2003, sob o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, é criado o Ministério das Cidades. “O Ministério das Cidades, por meio do Sistema Nacional da Habitação, torna-se órgão central responsável pela formulação da Política Nacional de Habitação.” (SOARES, 2007, p. 30).

O Ministério das Cidades fez-se em consonância com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01). Aprovada em julho de 2001 e vigente desde outubro do mesmo ano. A lei, principal instrumento da Política Nacional da Habitação, regulamentou o capítulo da Política Urbana elucidada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988. O texto constitucional, nesses respectivos artigos, prevê uma série de instrumentos para garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, defesa da função social da cidade, propriedade e democratização da gestão urbana [...] O Estatuto funciona como uma espécie de caixa de ferramentas para uma Política Urbana local (FLORIANÓPOLIS, 2006b).

Mediante a criação desse Ministério, evidenciou-se a elaboração e a implementação da Política Nacional de Habitação (PNH), contribuindo para a promoção de condições de acesso à moradia digna à população, e conseqüentemente, à inclusão social, em especial atendendo aos segmentos de baixa renda. Por conseguinte, “coerente com a Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, e com o Estatuto da Cidade, que estabelece a função social da propriedade, que preconiza a inclusão social, a gestão participativa e democrática.” (FLORIANÓPOLIS, 2006b, p.02, apud, SOARES, 2007, p. 31).

Em 2007, o Presidente reeleito da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse programa do governo federal, lançado em 22 de Janeiro de 2007, pretende investir no país R\$ 503 bilhões de reais em infra-estrutura e estimular os setores produtivos ao crescimento, levando benefícios sociais à população brasileira. Portanto, através desse programa, prevê-se aumento do financiamento de investimentos públicos em saneamento e habitação.

Diante dos diversos programas habitacionais apresentados em nível federal, o município de Florianópolis visa, através da captação dos recursos disponibilizados, buscar alternativas para “sanar” o déficit habitacional no município, entretanto, com pouca efetividade.

Segundo Marques, a atuação do Poder Executivo Municipal de Florianópolis na questão habitacional é recente, marcada por ações parciais, pontuais e emergenciais. Entre os anos de 1978 a 1989, por meio da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB-SC), foram desenvolvidos projetos de atendimento à questão da habitacional, por

intermédio de programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou de regularização fundiária em áreas de interesse social. (MARQUES, 2006, p. 38).

A primeira intervenção da Prefeitura em termos habitacionais foi em 1978, com o projeto Sapé, destinado ao reassentamento de 85 famílias de baixa renda que residiam em encostas do Morro da Cruz, na Agronômica. Por falta de estrutura institucional do município para dar continuidade às ações iniciadas, foi assumido posteriormente pela COHAB. (MARQUES, 2006, p. 38).

Conforme Marques, durante os onze anos, entre 1978 e 1989, a Prefeitura de Florianópolis não atuou na questão habitacional. Diante da falta de atenção e do agravamento da questão face ao número cada vez maior de famílias ocupando áreas em situação irregular, a população se mobilizou e reivindicou por melhores condições de moradia, cobrando do Poder Público ações nessa área. Frente à pressão social, em 1990, com o apoio de movimentos ligados à moradia para a população de baixa renda, a Prefeitura volta a responder, ainda que pontualmente, à questão habitacional.

Segundo Camargo (2004, p.24),

[...] entre os anos de 1989 e 1993, por força da pressão social e da mobilização popular, com o apoio de movimentos ligados à moradia para a população de baixa renda, a prefeitura voltou a intervir na questão habitacional, realizando um cadastramento das áreas consideradas de interesse social e a caracterização sócio-econômica dos moradores dessas áreas, obtendo, como resultado desse trabalho, um documento intitulado “Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis”. Este documento teve como objetivo oportunizar o conhecimento da real situação do município e servir de base informativa para a viabilização de soluções para essa questão. Através desse documento, foram identificadas no município 46 áreas de interesse social, sendo que 29 encontram-se situadas na Ilha e 17 no continente. Nessas áreas, estimou-se que viviam, na época cerca de 32 mil pessoas com perfil sócio-econômico abaixo da linha da pobreza.” (CAMARGO, apud, SOARES, 2007, p. 56).

Uma única ação do Poder Público Municipal que se destaca nessa área durante o período foi um levantamento realizado em 1987 das áreas consideradas de interesse social no município. De acordo com dados do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), “encontraram-se 40 áreas carentes, sendo 21 na Ilha e 19 no continente, estimando um total de população de 30.561 pessoas, sendo que a população de Florianópolis, naquele ano, foi estimada em 232.226 habitantes.” (IPUF, 2003, p. 3, apud, MARQUES, 2006, p. 40).

Já na década de 90, fora implantado o projeto Serrinha II, que tinha por finalidade resolver conflitos entre proprietários e ocupantes de áreas de particulares. Também nessa década, destaca-se a criação da Coordenadoria de Planejamento Habitacional, que juntamente com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP) e o Departamento de Desenvolvimento Social atuava na área da Habitação. “Em 1992, esta nova coordenadoria deu continuidade ao processo já iniciado de cadastramento, neste trabalho foram cadastradas mais de 6 (seis) áreas na Ilha de Florianópolis, agora com a estimativa de 32.220 pessoas vivendo nesses locais.” (MARQUES, 2006, p. 40).

Desse processo resultou um documento denominado Perfil das Áreas Carentes, fundamental para dar conhecimento, criar consciência e conduzir para a viabilização das soluções a esta problemática, dando respaldo para o Plano Integrado de Habitação Popular, que se materializa na proposta de política habitacional do município em 1993. (MARQUES, 2006, p. 40).

Ainda em 1992, foi criado o Fundo Municipal de Integração Social (FMIS), “instrumento de natureza contábil, com a incumbência de financiar os empreendimentos e ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social. Foi instituído também o Conselho do FMIS, que se constitui num mecanismo de gestão partilhada com os segmentos comunitários[...]” (FLORIANÓPOLIS, 2002 B, p. 44, apud, MARQUES, 2006 p. 41), instâncias que não tiveram impacto e/ou efetividade alguma na trajetória expressa pela política habitacional local.

Foi também em 1992 que teve início o *Projeto Nova Esperança*, cuja implantação, segundo Marques, “contou com a participação dos moradores na construção das casas, por meio de um mutirão.” (MARQUES, 2006 p. 41). Além da comunidade, participaram vários técnicos da Secretaria da Habitação do Estado, da COHAB-SC, da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP), do IPUF e da Secretaria de Desenvolvimento Social (SSDS).

O Projeto Vila União foi implantado em Florianópolis no bairro da Vargem do Bom Jesus, Norte da Ilha, entre 1996 e 1999. De um Projeto inicial que previa a construção de 16 moradias resultou a conclusão de 159 habitações que atenderam as vítimas das enchentes de 1995.

Em 1998, fora implantado o Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, com a construção de 205 casas, cujos ocupantes se constituíram nas famílias removidas das margens

da Via Expressa, e o projeto Chico Mendes, que, em sua fase inicial, concluiu 140 moradias e equipamentos comunitários, atendendo famílias da Comunidade Chico Mendes, Nova Horizonte e Nossa Senhora da Glória, sendo os recursos provenientes do Orçamento Geral da União, através do Programa Habitar Brasil.

Também nesse período, em parceria com a COHAB, a Prefeitura Municipal implementou o Conjunto Abraão, o qual também se destinou a receber as famílias removidas das margens da Via Expressa e atendeu famílias na faixa de renda mensal entre 5 e 10 salários mínimos.

No ano de 1998, pela necessidade de se estruturar políticas e programas habitacionais, assim como instituir um órgão gestor que desse encaminhamento às demandas, dentro dos princípios básicos de manutenção e construção de uma cidade com qualidade de vida e respeito as suas características ambientais, o município assumiu o desenvolvimento de uma Política Habitacional, cujo objetivo geral evidencia-se por “universalizar o acesso à moradia, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania” (FLORIANÓPOLIS, 2002, p.57). Tal política vincula-se à Política Nacional de Habitação (PNH) <sup>2</sup>.

O artigo 182º da Constituição Federal de 1988 explicita que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

No ano de 2005, com a administração municipal do prefeito Dario Elias Berger, através da Lei Complementar nº 158, de 18 de fevereiro do mesmo ano, art. 3º, é criada a

---

<sup>2</sup> A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da Cidade, referenda em seu artigo 2º: A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; (Lei nº 10.257,2001)

Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), desmembrada da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, sendo esta de natureza pública.

Tem por finalidade coordenar a elaboração e a implementação do programa habitacional de regularização fundiária do município de Florianópolis, cujas competências estão previstas no Regulamento Geral da Prefeitura Municipal de Florianópolis e outras que lhe forem conferidas por lei ou por decreto, tomando-se, assim, um novo instrumento de gestão da política habitacional.

Os recursos da SMHSA são oriundos do governo municipal através do Fundo Municipal de Integração Social e da esfera federal por meio do Ministério das Cidades, e direcionados a programas específicos como o Programa Habitar Brasil – BID em parceria com o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID).

O programa Habitar Brasil/ BID foi lançado em nível nacional no governo do então Presidente da República Itamar Franco, no intuito de implementar a urbanização nos assentamentos subnormais.” (KORC, 2005, apud, SOARES,2007,p. 63). Florianópolis é o município precursor a assinar o convênio do referido Programa no ano de 2000.

No que concerne ao Programa Habitar Brasil/BID, este tem por objetivo a ascensão da qualidade de vida das famílias, preferencialmente, com renda inferior a três salários mínimos, que residem em aglomerados urbanos de capitais de estados ou municípios com índice populacional acima de cinquenta mil habitantes.



A fonte de recursos que viabilizam o Programa Habitar Brasil/ BID perpassa um processo específico que se evidencia em quatro níveis:

**Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID**  
(financiador do empréstimo para a execução do Programa)



**Ministério das Cidades**  
(exerce a representação e intermediação com o BID, bem como é responsável pela gestão do Programa Habitar Brasil, possuindo competências para definir diretrizes, aprovar e avaliar sua implementação e execução).



**Caixa Econômica Federal**  
(responsável por repassar os recursos, bem como prestar apoio técnico às prefeituras)



**Administração Municipal/ Fundo Municipal de Integração Social/ Unidade Executora do Projeto** (a Administração municipal tem a responsabilidade de elaborar, implementar e executar os projetos, conforme exigências do Operacional do programa Habitar Brasil/BID).

**Figura 3:** Fluxograma dos órgãos envolvidos no desenvolvimento do Programa Habitar Brasil BID.  
Fonte: a autora, adaptado de Soares 2007.

Segundo pesquisa em página eletrônica da Prefeitura Municipal de Florianópolis, ([www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)), Projetos Habitacionais já concluídos pela PMF:

- Condomínio Solar Buona Vita: 200 Unidades Habitacionais.
- Nova Esperança: 50 Unidades Habitacionais
- Recanto do Ribeirão: 96 Unidades Habitacionais.
- Sapé: 50 Unidades Habitacionais
- Serrinha II: 60 Unidades Habitacionais
- Vila Cachoeira: 222 Unidades Habitacionais
- Vila União: 165 Unidades Habitacionais

Atualmente estão sendo implantados no município Programas Habitacionais, de Urbanização, Saneamento e Infra-estrutura, tais como o Programa Habitar Brasil – BID e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Esse programa do governo federal, lançado em 22 de Janeiro de 2007, pretende investir no país bilhões de reais em infra-

estrutura e estimular os setores produtivos ao crescimento, levando benefícios sociais à população brasileira.

Esta Secretaria atualmente atende as exigências dos seguintes Projetos:

- Comunidade Morro do Mocotó (Maciço Central de Florianópolis); Projeto previsto a atender 378 famílias através de serviços de infra-estrutura urbana, melhoria de habitações e construção de 38 Unidades Habitacionais.
- Projeto HBB/BID - Comunidade Chico Mendes (Bairro Monte Cristo); Projeto previsto a atender 1010 famílias por meio de obras de infra-estrutura local e construção de Unidades Habitacionais.
- Projeto Habitacional Panaia (Bairro Carianos); Projeto previsto a atender 31 famílias através de obras de infra-estrutura local, regularização fundiária e construção de 6 Unidades Habitacionais.
- Projeto Habitacional Boa Vista (Bairro Saco dos Limões); Projeto previsto a atender 83 famílias mediante obras de infra-estrutura local, regularização fundiária e construção de 42 Unidades Habitacionais.
- Projeto Habitacional do Maciço do Morro da Cruz (região central do município); Investimento em infra-estrutura básica, ações de inclusão social, implantação do parque do Maciço e programa de coleta e disposição de resíduos sólidos para 16 comunidades: Mariquinha, Monte Serrat, Tico-Tico, Morro do 25, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Morro da Queimada, Morro do Céu, Rua José Boiteux, Rua Laudelina da Cruz, Vila Santa Vitória, Vila Santa Clara, Serrinha e Alto da Caieira. Previsto a atender aproximadamente 5677 famílias. (Disponível em: [www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)).

Estão também em estudo os seguintes Projetos:

- Projeto Habitacional Vila Arvoredo (Bairro Ingleses);
- Projeto Habitacional Ponta do Leal (Bairro Balneário); (Disponível em: [www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm)).

Ainda é disponibilizado o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH. O Programa tem o objetivo, por parte do Governo Federal, de proporcionar uma linha de crédito direto às pessoas físicas, e por parte da Caixa Econômica Federal, de viabilizar o acesso ao financiamento para a produção de moradias.

Todavia, ainda que os empreendimentos acima citados tenham contribuído para atenuar o déficit habitacional do município, deve-se enfatizar que, levando em conta os números apresentados em 2006 pelo Departamento de Desenvolvimento Social, em que, de um total de 406.564 habitantes residindo em Florianópolis, 65.000 ocupavam áreas de interesse social, e considerando, ainda, as ações desenvolvidas de lá para cá, a política de habitação proposta se mantém restrita e residual, aquém da demanda apresentada nessa área.

Não menos importante se faz questionar quanto à natureza das ações implementadas até o momento pelo município na área da habitação popular. Pergunta-se se estas se constituem como aplicação de uma política pública consolidada e comprometida com a efetivação de direitos, ou consistem apenas respostas de cunho imperativo diante da intervenção de aparelhos institucionais, como, por exemplo, o Ministério Público?

Ao visualizarmos o processo de remoção da Comunidade Ponta do Leal, podemos identificar a presença atuante do Ministério Público, não apenas no processo que despertou o Poder Público para a necessidade de uma atuação junto a essa comunidade, como também um instrumento que vem sendo utilizado assiduamente por esses sujeitos, como mais um dos mecanismos de defesa na luta incessante por um Projeto Habitacional que venha ao encontro de seus interesses e necessidades.

O capítulo que segue informa a trajetória da Comunidade Ponta do Leal, na luta pelo direito à cidade.

### III RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL FRENTE À POLÍTICA DE HABITAÇÃO PROPOSTA PELA PMF

De acordo com informações da Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República em Santa Catarina, em junho de 2001, fora ajuizada pela Procuradora Analúcia Hartmann<sup>3</sup> uma Ação Civil Pública ( processo nº 2001.72.00.005264-3/SC), com o objetivo de despoluir a região do balneário do Bairro Estreito em Florianópolis, incluindo a praia, os cursos de água e a área da Ponta do Leal. A ação determinou que os réus, o município de Florianópolis, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), resolvessem os problemas de ligações clandestinas de esgoto e contaminação da areia da praia, bem como determinou solução para as ocupações irregulares assentadas sob a área de preservação ambiental permanente.

A Comunidade Ponta do Leal se constitui como uma das edificações assentadas sobre a faixa de areia do referido balneário. Segundo declarações dos próprios moradores, a comunidade existe há quarenta e três anos e abriga cerca de setenta e cinco famílias.

Como legalmente não é possível a ocupação residencial no local<sup>4</sup>, e tampouco viável a execução de um projeto de saneamento, tendo em vista que a maioria das casas estão construídas sobre palafitas<sup>5</sup>, tornou-se necessária a retirada desta população, através de um projeto habitacional.

---

<sup>3</sup> Analúcia Hartmann, procuradora geral do Ministério Público Federal, atuante no Estado de Santa Catarina, com lotação no Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas, Divisão de Tutela Coletiva e Cível, cursou a faculdade de Direito na Universidade Federal de Santa Catarina e militou no movimento estudantil. Participou também de eventos feministas e ecologistas. Ingressou em uma Organização Não-Governamental ecologista, o Movimento Ecológico Livre – MEL. Participou da criação da Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses e da organização de encontros estaduais. Dedicou-se a advertir a Justiça e a sociedade a respeito dos danos sociais e ambientais decorrentes de projetos com significativo potencial de impacto. Tem participado das audiências públicas de estudos de impactos ambientais de empreendimentos, Águas e Gerenciamento Costeiro.

<sup>4</sup> Consta no teor da Política Nacional de Habitação que os Programas de Urbanização de Assentamentos Precários e Produção de Habitação de garantia do princípio da função social da propriedade estabelecido na Constituição e no Estatuto da Cidade, respeitando-se o direito da população de permanecer nas áreas ocupadas por assentamentos precários ou em áreas próximas, que estejam adequadas ambiental e socialmente, preservando seus vínculos sociais com o território, o entorno e sua inserção na estrutura urbana, considerando a viabilidade econômico-financeira das intervenções.

<sup>5</sup> A expressão Palafitas provém do Italiano *Palafitte*. Consiste em um sistema construtivo leve para regiões alagadiças, cuja estrutura se assenta sobre pilótis de madeira. É comum principalmente em áreas tropicais e equatoriais com alto índice pluviométrico. A durabilidade é curta, aproximadamente 20 a 30 anos, por conta da biodeterioração. (OLIVEIRA; LOCH; GEISSLER, 2007). Para Soares e Espinheira (2006), [...] Um aglomerado de palafitas possui diferenças marcantes, a começar pela configuração urbana, que é um ambiente criado sobre a água, ao contrário de habitações sobre a terra firme. São dois estilos de vida e de pactos sociais tacitamente estabelecidos. A morada em palafitas consiste em artifício habitacional de utilização inadequada do espaço aquático. No Brasil, o tipo flagra a precariedade de políticas habitacionais e a pobreza da população. ( SOARES ; ESPINHEIRA, 2006, apud, OLIVEIRA; LOCH; GEISSLER ).

Diante disso, a Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), efetuou um cadastramento no ano de 2006, levantando o número de pessoas e o perfil das famílias da Comunidade Ponta do Leal. A partir deste documento, foi elaborada pela Instituição uma proposta de intervenção habitacional, inclusa a ação de remoção destes moradores.

O projeto social foi pensado de acordo com contrato de repasse estabelecido entre Prefeitura Municipal de Florianópolis e Ministério das Cidades, com recursos de contrapartida e do Orçamento Geral da União, respectivamente.

A proposta da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental consistia em duas alternativas habitacionais: um conjunto habitacional multifamiliar, denominado Vila Jardim Atlântico, com 72 apartamentos, e outro conjunto habitacional unifamiliar, denominado Vila Fabiano de Cristo, com 18 casas, totalizando 90 unidades, o que atenderia a totalidade dos moradores da Ponta do Leal. Além dos empreendimentos habitacionais, também estava prevista a recuperação ambiental da região.

Entretanto, o Projeto não respondeu às necessidades e às expectativas dos moradores em relação à alternativa habitacional proposta. A Comunidade Ponta do Leal não hesitou em protagonizar um movimento de resistência inédito até então no município de Florianópolis. Cientes de que a alternativa proposta pela Prefeitura não proporcionaria as condições de vida desejáveis, e que deveriam reivindicar uma solução que respondesse aos seus interesses e necessidades, os moradores decidiram resistir e lutar por uma nova alternativa de Projeto Habitacional.

A organização da comunidade, assim como o apoio externo, foram elementos fundamentais para a consolidação de uma base de resistência e protagonismo. A comunidade se manteve coesa e organizada durante todas as negociações com a Prefeitura, por intermédio de sua Associação de Moradores.

Além da organização interna, a Comunidade Ponta do Leal contou também com o apoio de outros segmentos da sociedade, como a Associação de Moradores da Colônia (comunidade vizinha), a Caixa Econômica Federal, vereadores da Câmara Municipal de Florianópolis, Ministério Público Federal, Conselho do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO), Gerência do Patrimônio da União, partidos políticos de esquerda e pessoas significativas da sociedade.

Traçou-se um longo período de negociação (2006-2008). No decorrer dos acontecimentos, a comunidade utilizou-se de articulações e estratégias que a mantiveram dentro do processo de reassentamento, porém sem acatar o Projeto oferecido. Em Audiência

Pública convocada pela SMHSA, realizada em 19 de junho de 2008, a comunidade Ponta do Leal deliberou pela não adesão ao Projeto Habitacional proposto pela Prefeitura.

Com o objetivo de solucionar o impasse entre a Comunidade e a Prefeitura, a SMHSA convocou, além da população envolvida, representantes das Instituições: FATMA, CASAN, CELESC, FLORAM, SUSP, Ministério Público Estadual e Federal, Câmara de Vereadores, Secretaria do Continente, Associações de Moradores de bairros vizinhos à Ponta do Leal (Jardim Atlântico, Coloninha, Estreito, Balneário), Secretaria do Continente, Fórum do Continente, escolas próximas, Corpo de Bombeiros, Gerência do Patrimônio da União, Caixa Econômica Federal, Conselho do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, União Florianópolis de Entidades Comunitárias (UFECO), Gerência do Patrimônio da União, entre outros segmentos da sociedade civil.

Segundo consta da Ata de Audiência Pública:

[...] a decisão desta Audiência Pública foi: 1 - a não aprovação, pela comunidade Ponta do Leal, do Projeto Habitacional no Bairro Jardim Atlântico; 2 - a não aprovação, pela comunidade Ponta do Leal, do Projeto Habitacional no Bairro Monte Cristo. Reafirmou, por fim, o compromisso da Prefeitura Municipal de Florianópolis, da comunidade e de todos os órgãos e entidades envolvidos, em buscar uma nova alternativa de Projeto Habitacional, preferencialmente no local em que hoje está a comunidade. (ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2008)

A Audiência Pública constituiu-se em espaço privilegiado onde moradores da Ponta do Leal, amparados por órgão legal, o Ministério Público Federal, e por segmentos da sociedade já citados, puderam expressar sua vontade em relação à alternativa habitacional proposta pela Prefeitura, dizendo não ao projeto apresentado, desejando ser ouvidos nas suas demandas e necessidades, e principalmente, um fato histórico, no que concerne a um movimento de resistência e protagonismo frente à Política Habitacional oferecida pelo município.

Tomando como exemplos as recentes implementações de Projetos Habitacionais em Florianópolis, como o Projeto Chico Mendes <sup>6</sup>(Bairro Monte Cristo), o Projeto Vila Cachoeira (Saco Grande) e Mocotó (Maciço do Morro da Cruz), que, apesar de ações pontuais de resistência e de articulação extra-comunidade, foram aceitos pelos beneficiários,

---

<sup>6</sup> O processo de implementação do Projeto Chico Mendes também foi marcado por oposição dos beneficiários à proposta oferecida pela PMF, onde o Ministério Público também foi parceiro. Entretanto, a conclusão do processo resultou em aceitação pelas famílias que, atualmente ocupam as unidades do Projeto. Para ler mais sobre o tema vide a tese de Mestrado “A experiência do Programa Habitar Brasil – BID – Região Chico Mendes: uma análise da participação social”, de Marliange da Silva.

a Comunidade Ponta do Leal estreou no município a consolidação de um grupo organizado, protagonista de um movimento de resistência, cuja ação irá, por certo, repercutir tanto em outros grupos como na própria Política Habitacional efetuada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Diante desse movimento estreante em Florianópolis de oposição à forma como a política habitacional vem se efetivando no município, retrataremos, via pesquisa documental, os principais aspectos que explicitam esse acontecimento.

### 3.1 A TRAJETÓRIA DA PESQUISA DOCUMENTAL

De acordo com Patrícia Morais, pesquisar é identificar uma dificuldade teórica ou prática a ser resolvida, formular hipóteses, testá-las e tirar conclusões. Significa chegar a possíveis explicações ou soluções para um problema. Entretanto, para alcançar resultados, é necessária a utilização de um método. (MORAIS, 2008)

Para René Descartes, o método compõe-se de regras precisas e fáceis, “a partir da observação exata da qual se terá certeza de nunca tomar um erro por uma verdade, e sem aí desperdiçar inutilmente as forças de sua mente, mas ampliando seu saber por meio de um contínuo progresso, chegar ao conhecimento verdadeiro de tudo o que se é capaz.” (LAVILLE e DIONNE, 1999, apud, MORAIS, 2008).

Conforme Morais, a pesquisa explicativa tem como preocupação essencial identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos (busca de relação de causa e efeito entre os fenômenos).

Quanto à forma de abordagem, o modo qualitativo foi a maneira pela qual se desenvolveu a pesquisa. Na concepção de Morais, a pesquisa qualitativa tem por objetivo conhecer a situação ou fenômeno em toda a sua extensão, com base no levantamento das variáveis e seus significados, procurando construir um quadro teórico.

E finalmente, com respeito ao modelo conceitual operativo e técnico, utilizou-se a pesquisa documental. Essa faz uso de fontes que não receberam tratamento analítico (certidões, atas, laudos, fotografias etc.) para corroborar a interpretação dos fatos.

Portanto, serão utilizados, como fontes de pesquisa, diário de campo da estagiária de Serviço Social em atuação na SMHSA, relatórios de atividades que registram fatos notórios da trajetória de luta e resistência da Comunidade Ponta do Leal, resultantes das experiências vividas pela estagiária ao longo de um ano e meio de atuação, notícias de jornal que explicitam e expõem o protagonismo dos moradores dessa comunidade, e documentos

institucionais da SMHSA, como atas, relatórios e o Projeto apresentado como proposta de remoção. Estes últimos, disponíveis no arquivo da referida Secretaria.

### 3.2 O CONTEXTO E OS SEUS SUJEITOS

Em conformidade com o que descreve o Projeto Habitacional<sup>7</sup> elaborado e colocado como alternativa para a remoção da Comunidade Ponta do Leal, a ocupação ocorre numa área com 4.532,50m<sup>2</sup>, utilizada tanto para moradias quanto para abrigos de barcos de pesca artesanal (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 05).

A Comunidade Ponta do Leal está localizada no Bairro do Estreito, mais especificamente na porção conhecida por Balneário. Tal bairro integra a parte continental do município. A denominação de Balneário é uma menção à encosta marítima, quando, antigamente, era propícia ao banho. Atualmente, a praia não apresenta condições de balneabilidade devido à poluição de toda a baía (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 05).

A ocupação irregular, do ponto de vista urbanístico e fundiário, ocorre na encurtada faixa de praia, sob influência de maré e considerada de Área de Preservação Permanente (APP). A infra-estrutura apresenta-se precária, especialmente no que tange às condições de acesso, que se dão através de vias estreitas formadas pelo muro da ASCAN e as casas, pela praia, ou até mesmo, entre as moradias. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 05).

A Comunidade não é atendida por serviço de sistema de esgotos sanitários, os dejetos domésticos correm diretamente para o mar, ocasionando um acentuado mau cheiro ao ambiente. O abastecimento de água é feito clandestinamente, assim como as ligações de energia elétrica. Também não se encontra espaço de uso público para lazer. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 06).

As construções, em sua maioria, são pequenas e em condições precárias, feitas com madeira de baixa qualidade (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 05). Muitas delas avançam consideravelmente sobre o mar através da edificação duvidosa de varandões que fornecem uma belíssima vista da cidade, contudo, também se configuram em riscos potenciais à população, principalmente às crianças. A área é ocupada também por abrigos de barcos de pesca artesanal.

---

<sup>7</sup> O Projeto Habitacional colocado como alternativa para a remoção da Comunidade Ponta do Leal foi elaborado em 2006 pelos técnicos sociais, engenheiros e arquitetos que compõem a equipe da SMHSA. Esse foi utilizado como fonte para referendar os dados apresentados nos subitens 3.2 e 3.3.



No espaço mais próximo à comunidade, limitada apenas pelo muro, encontram-se as instalações da CASAN, onde tempos atrás funcionava uma antiga estação de emissário submarino de esgoto, atualmente desativada. O mesmo espaço ainda é dividido com a sede da Associação dos Servidores da CASAN – ASCAN (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 06).

Ainda que declarações dos moradores confirmem o início da ocupação do local por moradias a partir da década de 1960, por migrantes do município de Lages e São Francisco do Sul, segundo as informações que constam do Projeto, a ocupação teve início na década de 1980, e vem sofrendo adensamento ao longo dos últimos anos.

Por meio do levantamento cadastral realizado em 2006 pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, identificou-se o seguinte perfil da comunidade:

- Aspecto demográfico: A população residente na Comunidade Ponta do Leal é de 263 (duzentos e sessenta e três) moradores, divididos entre homens e mulheres, com, respectivamente, 51,10% e 48,90%.
- A estrutura etária da população pesquisada caracteriza-se pela expressiva presença de habitantes jovens. O percentual de moradores com até 21 anos de idade é de 55%. O percentual de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos é de 14% do total de habitantes da área, e o de crianças e adolescentes com idade de 7 a 17 anos é de 30%. Sendo assim, o segmento populacional de 0 a 17 anos soma 44% do total. A população adulta de 18 a 59 anos representa 49%, e a população idosa apenas 3%, conforme tabela que segue.
- O número total de famílias que moram na área é de 78, das quais 10 vivem em co-habitação, destacando-se um caso de três famílias em uma mesma casa.
- Considerando que 263 pessoas residem na área, o número médio de pessoas por domicílio é de 3,9. Por outro lado, em relação à composição familiar, a maioria das famílias residentes é constituída por um número médio relativamente pequeno, sendo que 79% possuem até 4 membros. O percentual de famílias numerosas, com 6 membros ou mais, é de 16%.
- No que se refere à procedência dos responsáveis, 38% são procedentes do interior do Estado (principalmente do norte e do planalto serrano), 31% são oriundos de outros Estados, sobretudo do Paraná, e 30% dos moradores são do próprio município.
- Quanto ao provimento da família, em 55% das mesmas o casal assume conjuntamente esta responsabilidade, em 22% das famílias é somente a mulher e em 22% somente o homem.
- Com relação à Educação, as crianças entre 0 e 6 anos atendidas em estabelecimentos de educação infantil são de 63% do total de crianças desta faixa etária, ficando ainda sem atendimento 32% das crianças. O número de crianças e adolescentes com frequência à escola é elevado. O percentual dos que frequentam o ensino fundamental na faixa etária de 7 a 14 anos é de 98%. Já o percentual da população com idade acima de 15 anos que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental é de 28%, e da 5ª até a 8ª série é de 41%. Os que possuem o 2º grau incompleto, é de apenas 7%, e os que concluíram o 2º grau, é de 17%.

- Quanto ao tempo de moradia, 24 famílias moram há mais de 15 anos no local, representando 31% do total. Do restante, 22% das famílias moram entre 4 e 6 anos, 15% entre 7 e 10 anos, e 13% entre 10 e 15 anos.
- Entre as principais ocupações, 9% dos moradores trabalham na área de limpeza, como diaristas, domésticas ou como jardineiro; 9% na área de construção civil, como pedreiro, pintor ou como servente de pedreiro; 6% como pescadores; 5% trabalham no comércio, como balconistas ou vendedores; 5% como cozinheiras, auxiliar de cozinha, doceiras ou garçom; além de 20% de mulheres que são do lar e quase 8% de aposentados. Destacam-se ainda os 19% desempregados.
- Em relação à renda familiar, aproximadamente um terço das famílias percebem até 1 (um) salário mínimo, 40% entre 1 e 2 salários mínimos, 18% entre 2 e 3, e 9% entre 3 e 5. Destaca-se ainda que duas famílias não possuem nenhuma renda (3%).
- No que se refere à inserção das famílias em programas sociais, apenas 26% afirmaram que participam de algum programa social, sendo que 12 do Programa Bolsa Família, 04 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI e duas famílias recebem cestas básicas de programa assistencial. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 12).

Segundo o referido Projeto, as intervenções junto a essa comunidade foram justificadas em razão das condições inadequadas de moradia, devido à ausência de saneamento básico (esgoto sanitário, drenagem pluvial e deficiência no sistema de abastecimento de água), como também, em decorrência de ação do Ministério Público, que cobra da Prefeitura Municipal de Florianópolis providências em relação à ocupação de área de preservação ambiental e à poluição por dejetos domésticos na praia do Balneário, tendo em vista tratar-se de área pública e de preservação, é, portanto, inviável para urbanização. Diante disso, a alternativa encontrada pelo município foi o reassentamento em outras áreas do município. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 18).

Frente a este diagnóstico, impulsionada pela Ação do Ministério Público, a PMF, via SMHMA, formula uma proposta habitacional para a Comunidade Ponta do Leal.

### 3.3 A PROPOSTA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS PARA A COMUNIDADE PONTA DO LEAL

A proposta de intervenção para reassentamento das famílias da Comunidade Ponta do Leal compreendia, como já mencionado anteriormente, dois projetos de conjuntos habitacionais: Vila Jardim Atlântico, com setenta e dois (72) apartamentos, e Vila Fabiano de Cristo, com dezoito (18) casas, totalizando noventa (90) unidades, bem como a recuperação ambiental da área de origem das famílias. A proposta de intervenção tinha por objetivo atender noventa (90) famílias, sendo setenta e oito (78) famílias da Comunidade Ponta do

Leal e doze (12) famílias em situação precária de moradia da área de entorno. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 19).

A escolha das áreas pela Prefeitura Municipal foi feita com base na localização dos terrenos, acessibilidade, condições de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais. As alternativas que se apresentaram mais viáveis, conforme definição do Poder Público, foram as áreas localizadas nos bairros Jardim Atlântico e Monte Cristo. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 19).

### *Projeto da Vila Jardim Atlântico*

O terreno que estava destinado à construção da Vila Jardim Atlântico está localizado à Rua Irmã Bonavita, no bairro Jardim Atlântico, na parte continental da cidade de Florianópolis. A distância da área do projeto até a área de origem das famílias (Ponta do Leal) é de aproximadamente dois quilômetros, e ao centro da cidade é cerca de seis quilômetros. Compreende uma área de 3.592 metros quadrados e se constitui em um lote que faz parte do antigo loteamento da empresa Koerich. Este terreno, atualmente de propriedade do município de Florianópolis, foi adquirido pela Prefeitura para o referido empreendimento. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 07).

“A região do entorno apresenta os serviços de infra-estrutura urbana como rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem e pavimentação das vias. A região é servida por transportes coletivos, com diversas linhas de ônibus que passam a quinhentos metros da área.” (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 07).

“No próprio loteamento onde o terreno se insere, segundo relata o Projeto, existem áreas destinadas ao uso institucional.” (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 07).

Foi adotada para essa área, no bairro Jardim Atlântico, a construção de edificações de tipologia *multifamiliar*, composta por nove blocos com quatro pavimentos, com dois apartamentos por andar, compreendendo sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios, com área total por unidade de 45,71 metros quadrados, sendo 34,98 de área útil privativa. Com essa apresentação, a área teria capacidade para atender 72 famílias, com um total de aproximadamente 247 pessoas. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 19).

Estavam previstas no Projeto áreas de recreação de uso coletivo, a construção de um salão comunitário com 54 metros quadrados e um parque infantil, para atender especificamente as famílias do conjunto habitacional. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p.19).

Ainda previa-se toda a infra-estrutura com os seguintes serviços e obras: Terraplanagem, construção de muros de contenção, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica e iluminação pública, coletores de lixo e outras obras complementares de paisagismo, compreendendo o plantio de árvores, grama e colocação de pedrisco. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

### ***Projeto da Vila Fabiano de Cristo***

O terreno disponibilizado para a implantação do projeto foi transferido ao município pela entidade *Lar Fabiano de Cristo*, abrange uma área de 6.686,83 metros quadrados e está localizado à Rua Joaquim Nabuco, no bairro Monte Cristo, na parte continental da cidade de Florianópolis. A distância da área do projeto à área de origem das famílias (Ponta do Leal) é de aproximadamente três quilômetros, e ao centro da cidade é de cerca de sete quilômetros. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 09).

A região de entorno apresenta a seguinte infra-estrutura: rede de água, rede de esgoto, rede de drenagem, pavimentação das vias do entorno e posto de saúde. A região ainda é servida por transporte coletivo, com linhas de ônibus que passam a 100 metros da área. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 10).

O projeto urbanístico foi concebido a partir da definição da solução habitacional para a área, sendo adotada a tipologia *unifamiliar* composta por casas, em alvenaria, na forma de sobrados justapostos. O afastamento frontal foi previsto para a utilização de jardim e escada de acesso às unidades, devido à declividade acentuada do terreno. O afastamento é maior nos fundos para possibilitar a utilização com as melhorias a serem promovidas pelos moradores para o uso como área de serviço. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

As unidades habitacionais dispõem de uma área total de 42,38 metros quadrados, distribuídos em dois pavimentos. Os ambientes da moradia estão dispostos da seguinte forma: no primeiro pavimento distribuem-se a sala, a cozinha, o banheiro e a escada de acesso ao segundo pavimento, neste se localizam os dois dormitórios. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

As dezoito habitações formam três conjuntos de seis unidades, separadas por espaço com três metros de largura. Esse espaço previsto entre os conjuntos e na lateral desses tem por objetivo possibilitar a ampliação das unidades, para a utilização por idosos e portadores de necessidades especiais. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

A infra-estrutura compreendia ainda os seguintes serviços e obras: Terraplanagem, construção de muros de contenção, drenagem pluvial, rede de abastecimento de água, rede de esgoto, rede de energia elétrica e iluminação pública, coletores de lixo, bem como obras complementares de paisagismo. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

Estava prevista a implantação de uma área de lazer com uma quadra de esportes, equipamentos infantis e praça de estar com bancos para uso da comunidade e do entorno. (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 20).

Conforme já destacado anteriormente, esta proposta exibida pela SMHSA, como alternativa para a remoção, não foi aprovada pelos moradores da Ponta do Leal, e eles não hesitaram em resistir e lutar por um novo conceito habitacional que considerasse a participação e a opinião dos sujeitos dessa ação – os próprios beneficiários. Desse modo, sistematizaremos, nesse capítulo, os registros dos principais episódios que definem o movimento de resistência e protagonismo de tais sujeitos.

#### **3.4 A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE PONTA DO LEAL FRENTE À PROPOSTA HABITACIONAL OFERECIDA PELA PMF**

Dada a situação de poluição do balneário Estreito em Florianópolis, onde foram identificadas, diversas fontes de esgoto in natura sendo despejado diretamente no mar, como descrito na introdução deste capítulo, em junho de 2001, fora ajuizada, pela Procuradora Analúcia Hartmann, uma Ação Civil Pública (processo nº 2001.72.00.005264-3/SC), com o objetivo de cobrar do Poder Público ações no sentido de despoluir a baía litorânea do Estreito, incluindo a praia, os cursos d água e a área da Ponta do Leal.

Entretanto, em 2003, as condições no balneário do Estreito, especificamente a área da Ponta do Leal, continuavam praticamente inalteradas, até que, segundo publicado pelo Jornal A Notícia, em 23 de outubro de 2003, foi lavrada uma liminar assinada pelo Juiz Jurandi Borges Pinheiro, da 6ª Vara Federal da Capital, determinando que os lixos e entulhos que se acumulavam em vários pontos do balneário do bairro Estreito deveriam ser totalmente retirados, no prazo de sessenta dias, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O juiz também determinou que a Prefeitura realizasse, em seis meses, um levantamento atualizado dos imóveis em Área de Preservação Permanente (APP), além de tomar providências para que não ocorressem novas ocupações. A notícia ainda expunha a alegação da Prefeitura em que esta declara já possuir um cadastro atualizado das ocupações na área, inclusive da Comunidade Ponta do Leal, identificando 60 famílias; contudo não dispunha de recursos para a remoção.

Novamente, as medidas requeridas pelo Ministério Público Federal (MPF) incluíam a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FATMA), com quem o juiz Jurandi Pinheiro iria se reunir no prazo de quinze dias para propor a assinatura de um termo de ajustamento de conduta.

Conforme publicado no Jornal A Notícia AN Capital, em 23 de outubro de 2003 :

Os moradores do aglomerado de casas na Ponta do Leal sabem que a qualquer momento terão que deixar a área. "A única coisa que a gente quer é continuar com os ranchos de pesca por aqui", diz o primeiro morador do local, João Geraldo Carvalho, 43 anos, natural de São Francisco do Sul. Pescador desde os 8 anos e profissional há 25, ele se diz "cansado de cadastros e ameaças de remoção. Ao todo existem cerca de 35 pescadores no local. "O ideal seria que fizessem com a gente o que fizeram no aterro da Via Expressa Sul, onde construíram galpões para os pescadores", assinala Alonso de Carvalho, 51 anos, irmão de João Geraldo. (A NOTÍCIA AN CAPITAL, 2003).

Frente à pressão do Ministério Público, a Prefeitura Municipal planeja a remoção da Comunidade Ponta do Leal, iniciando por um cadastramento, em 2006, o qual levantou o número de moradores e o perfil sócio-econômico das suas famílias.

Nesse mesmo ano, de acordo com síntese elaborada pela equipe técnica social da SMHSA, em que se encontram relatadas as atividades executadas por essa equipe junto à Comunidade Ponta do Leal, destacam-se dois eventos: uma reunião em 10 de maio, realizada na sede da referida Secretaria, onde estiveram presentes: Sra. Seméramis Celeste Pintado, representando a Câmara Municipal de Vereadores [Gabinete do vereador Marcio de Souza do PT]; Sr. Lino Peres do PT, professor da UFSC; Sra. Rosângela Koettker e Sr. Vilson Domingos, representando a Caixa Econômica Federal; técnicos da SMHSA e dois moradores da Comunidade; e um segundo evento, que se constituiu da Assembléia ocorrida aos onze dias do mesmo mês, na Sede da Associação de Servidores da CASAN – ASCAN.

Ainda que as atas desses dois acontecimentos não tenham sido encontradas, a síntese das atividades de 2006 e as listas de presença nos informam que, no último, estiveram presentes o então Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Sr. Átila Rocha dos Santos, técnicos sociais e de obras da referida Secretaria, representantes da Secretaria Municipal do Continente, técnicos da Caixa Econômica Federal e 66 (sessenta e seis) moradores da comunidade, momento no qual foi apresentada e discutida uma primeira<sup>8</sup> proposta de alternativa para a remoção.

Essa proposta, elaborada pela SMHSA e aprovada pelo Ministério das Cidades, de acordo com o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, propunha a remoção e fragmentação da Comunidade para os bairros Jardim Atlântico (alguns moradores conhecem o local por Coloninha) e Monte Cristo (o terreno se localiza próximo ao Lar Fabiano de Cristo, e por isso a área é conhecida por Fabiano de Cristo).

Entretanto, o Projeto apresentado não fora prontamente recebido pelos moradores, como se evidencia por meio das entrevistas dadas por eles ao Sr. Celso Martins, do Jornal A Notícia, de 29 de junho de 2006. Segundo a reportagem, as famílias residentes na Ponta do Leal, no bairro do Estreito, aceitavam ser transferidas de local, mas preferiam que a comunidade não fosse dividida e que continuasse perto do mar, já que aproximadamente metade dos moradores sobreviviam da pesca (MARTINS, 2006).

Conforme a mesma notícia, enquanto para a SMHSA a única pendência que restava para a remoção da Comunidade Ponta do Leal era o retorno da Caixa Econômica Federal aprovando o Projeto Habitacional nos bairros Monte Cristo e Jardim Atlântico, para os moradores, nem tudo estava tão claro:

Prefiro ficar onde estou há 18 anos, com água tratada e energia elétrica, do que ir para um lugar desconhecido”, disse o pescador Ari Menezes, 32 anos de idade. “O único problema que temos é com a falta da coleta de esgoto”, acrescentou. Por isso, e acreditando que a transferência só vá ocorrer em cerca de dois anos, Ari continua a fazer a manutenção de sua casa, da canoa e das redes que usa nas pescarias. Se o novo local puder comportar todos que moram aqui, eu aceito”, disse o electricista Paulo Roberto Zechini, 53 anos, há quatro morando na Ponta do Leal. “A união aqui é muito grande, e se um morador está com alguma dificuldade, todos ajudam até a pessoa se livrar do problema”, destacou, citando um incêndio ocorrido numa casa da

---

<sup>8</sup> Chamaremos de primeira proposta, porque a proposta inicial constituía-se apenas em unidades habitacionais com dois quartos, posteriormente, no ano de 2008, conforme explicitado na seqüência deste trabalho, por pressão da comunidade, o Projeto foi readequado, e oito das unidades habitacionais passaram a apresentar três quartos. O objetivo desses seria abrigar famílias numerosas (de sete ou mais membros).

comunidade. “Os moradores fizeram um cordão com baldes de água, impedindo que o fogo atingisse outras casas”, contou (MARTINS, 2006).

A referida publicação ainda imprime a declaração de uma das primeiras moradoras da Ponta do Leal, Sra. Ivone Fernandes da Rocha, [ainda hoje moradora da comunidade e membro da Associação de Moradores como tesoureira], a qual se transferiu de Rio do Sul para Florianópolis após as enchentes de 1984 e não pretende deixar a área que reside há mais de vinte anos.

O pessoal diz que isso aqui é uma favela, mas é uma comunidade. Se hoje a gente está sem emprego ou com dificuldades, amanhã juntamos um dinheiro e melhoramos a casa, destacou. Casada e com dez filhos, ela está preocupada com o tamanho da futura habitação - cerca de 36 metros quadrados, insuficiente para uma família tão grande. (MARTINS, 2006).

Outro enfoque importante que nos traz a mesma reportagem, é acerca da principal atividade econômica desenvolvida pela comunidade naquele ano. Segundo destaca o jornal, a comunidade, em 2006, vivia da pesca artesanal, colhia do mar o suficiente para a sua subsistência e comercialização:

Camarões, tainhas, linguados e corvinas caem nas redes dos pescadores da Ponta do Leal todos os anos, em quantidade suficiente para sustentar os familiares e vizinhos, sobrando um pouco para ser vendido nas ruas ou em uma peixaria das imediações. “O linguado vai para a peixaria e o restante a gente come ou vende pelas casas do bairro”, explicou o pescador Ari Menezes. Mais da metade das pessoas aqui trabalham na pesca e por isso não queremos deixar a beira do mar, pois não teremos como cuidar dos nossos equipamentos”, destacou Ari. (MARTINS, 2006).

O contexto histórico da ocupação na Ponta do Leal também é relevante no referido periódico:

A região da Ponta do Leal, onde havia um atracadouro da empresa Texaco para o desembarque de combustíveis, começou a ser ocupada em 1965 pelo pescador Alonso Carvalho, hoje com 61 anos de idade, vindo de São Francisco do Sul. “Eu trabalhei como pescador embarcado e sempre passava por aqui”, lembrou. Quando estava com 21 anos de idade, deixou a cidade natal em direção a Florianópolis. É essa sua ligação com o mar que o faz resistir à anunciada transferência de local de moradia, “pois gostaria de continuar aqui”. (MARTINS, 2006).



Os moradores ainda expressavam sua opinião em relação à provável remoção, como pode ser avaliado através da interpretação do entrevistador e da moradora:

Apesar de habitarem casas improvisadas, quase todas feitas de madeira e umas poucas de alvenaria, junto a uma saída do esgoto tratado da região do Estreito, eles preferem permanecer onde estão. Ou então ser colocados numa área com as mesmas características. “Aqui não tem tráfico de drogas, não tem marginalidade. Todos se respeitam e isso torna as nossas vidas muito tranqüilas”, destacou Carvalho. (MARTINS, 2006).

A união e a solidariedade entre os moradores também é elemento presente no enfoque jornalístico:

Aqueles que estão desempregados ou com problemas de saúde recebem a ajuda imediata de vizinhos e familiares. “O pessoal ganha pouco, mas trabalha bastante. Com o salário que se ganha, fica difícil viver, mas o pessoal dá um jeito e, mesmo apertado, vai vivendo”. (MARTINS, 2006).

Ainda de acordo com a mesma fonte, outra situação que preocupava os moradores da Ponta do Leal na época, era o custo que as casas e os apartamentos significaria ao orçamento familiar. Estavam cientes que teriam que pagar por eles, mas não estavam certos se teriam condições financeiras para isso. “Nós vamos pagar, não estão nos oferecendo nada de graça”, assinalava Ari Menezes.

Segundo a mesma matéria, a declaração do Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental quando questionado à respeito da situação da Ponta do Leal:

No momento estamos aguardando a avaliação que a Caixa Econômica Federal faz dos dois projetos aprovados em Brasília, para que possamos iniciar as transferências das famílias”, destacou o secretário. Na prática, isso significa que o processo final deve ser desencadeado dentro de um ano e meio a dois anos, quando as casas e apartamentos estiverem concluídos. (ROCHA, apud, MARTINS, 2006)

Quanto ao tamanho dos apartamentos e casas apresentados (em torno de quarenta e cinco metros quadrados – unidades de dois quartos) pelo Projeto e à possibilidade de acomodação das famílias no interior deles com relativo conforto, a Caixa Econômica Federal, através de ofício número 0751-2006-GIDUR (Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano-SC), datado de 22 de junho de 2006, solicitou um posicionamento da SMHSA em

relação à acomodação das famílias numerosas, demandando para essas um tratamento diferenciado:

Se considerarmos que os apartamentos a serem construídos possuem dois quartos apenas, pode-se inferir que as 15 famílias com 5 ou mais componentes já sejam consideradas numerosas, necessitando de um tratamento diferenciado. No entanto, supondo que as mesmas possam ocupar o quarto maior com dois beliches, o apartamento poderia então abrigar famílias de até seis componentes, sem observar sexo ou idade das crianças, nem o fato de que manter, num mesmo dormitório, crianças e adolescentes pode significar “amadurecimento” precoce e conflitos, trazemos o conceito de famílias numerosas para as com 7 ou mais elementos. Neste caso, temos, de acordo com o levantamento apresentado até o momento, 4 famílias que necessitariam de um apartamento maior ou uma casa com possibilidade de ampliação (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006).

A solicitação, como veremos adiante, acabou sendo atendida em 2008, com a adequação do Projeto, que passou a apresentar oito unidades habitacionais com três quartos. Todavia, após dois anos e depois de intensa negociação entre associação de moradores e SMHSA. Infelizmente, não existem registros dessas negociações, apenas informações dos técnicos da SMHSA que as identificam como momentos de debates intensos entre Secretaria e moradores.

EM 18 DE MAIO DE 2007, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA, REALIZADA NO ÂMBITO DAS COMISSÕES DE SAÚDE, DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO E DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SERVIÇO PÚBLICO, onde se discutiu sobre a implementação do programa de desenvolvimento institucional de habitação pensado a atender nove comunidades do município consideradas em área de risco, evento este que aconteceu no Plenário da Câmara Municipal, teve como pauta o encaminhamento por parte da Prefeitura de um cronograma de atividades, com o objetivo de implementar o programa com maior brevidade, visto que parte da verba necessária ao empreendimento já estaria disponibilizada pelo Ministério das Cidades.

Sob a Presidência do vereador então filiado ao Partido dos Trabalhadores Marcio de Souza, estiveram presentes representantes do Poder Legislativo do estado; da Caixa Econômica Federal; da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental; da Defensoria Pública do estado; da União Florianópolis das Entidades Comunitárias (UFECO); da Câmara Municipal de Vereadores, entre eles, a vereadora Ângela Albino, então filiada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B); da União Nacional da Moradia Popular; do

Instituto de Planejamento Urbano (IPUF); do Conselho Nacional da Cidade; do Conselho do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, Senhor Leonardo Pessina; representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); do Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP); do Núcleo do Plano Diretor de Coqueiros; do Fórum do Maciço do Morro da Cruz e das Associações Comunitárias do Município que defenderam os interesses das Comunidades: Panaia, PC3, Boa Vista, Vila do Arvoredo, Alto da Caieira, Monte Cristo, Morro da Cruz e Comunidade Ponta do Leal, por meio de seu líder João Luiz de Oliveira e, ainda, professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Conforme Ata Oficial, o líder da Associação de Moradores da Ponta do Leal foi o primeiro a inscrever-se para as intervenções. Senhor João Luís, conhecido popularmente por Gão, se opôs à ação da Prefeitura em apressar a decisão dos moradores da Ponta do Leal quanto à adesão ou não ao Projeto apresentado [segundo o morador, a Comunidade deveria decidir até o próximo dia treze de julho], já que os moradores ocupavam o local há mais de quarenta anos. Segundo a Ata, o líder comunitário afirma:

Foi apresentado um projeto que não está pronto. O Projeto que a Prefeitura apresenta ele atende até seis pessoas por família, [referia-se ao primeiro Projeto] e querem colocar 72 apartamentos no terreno perto da Marinha, que foi que a comunidade pleiteou e dezoito casas no Bairro Monte Cristo. A nossa indagação é que a comunidade não tem interesse na remoção para o Bairro Monte Cristo. Temos setenta e oito famílias, morando na Ponta do Leal, quatro famílias que não atende ao projeto, e essas famílias não querem ir para o Bairro Monte Cristo. A proposta que faço é que essas famílias sejam incluídas junto ao projeto. ( JOÃO LUIS OLIVEIRA, apud, ATA OFICIAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2007).

Além dessas reivindicações, o líder da Associação indagou ao representante da SMHSA, Senhor Salomão Mattos Sobrinho, sobre a indenização das benfeitorias dos moradores dentro da Comunidade e a demora nas providências a serem tomadas em relação às casas que estavam desabando e, por conseguinte, oferecendo sérios riscos aos residentes. Solicitou ações de emergência até que as famílias fossem removidas.

Em resposta ao líder comunitário, o Senhor Salomão expôs que os problemas citados já haviam sido levantados junto ao Secretário da SMHSA e que estão sendo estudados, principalmente, o caso das famílias com mais de sete membros e as situações em que as residências oferecem riscos.

Merece destaque a participação do Conselheiro do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, Senhor Leonardo Pessina, o qual mencionou que o país está vivendo um momento inédito na política urbana e na política habitacional, segundo ele, “isso fruto de uma

luta dos movimentos populares, da reforma urbana.” (PESSINA, apud, ATA OFICIAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2007).

Temos um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que foi aprovado em 2005. A Prefeitura tem recursos do HBB e está elaborando a política habitacional. Faço um apelo para que essa elaboração seja de forma participativa, através das comunidades, das ONGs, dos movimentos populares. (PESSINA, apud, ATA OFICIAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2007).

Ainda foram reivindicadas soluções urgentes de atendimento à Comunidade Vila do Arvoredo, que sofre com a proximidade à área de dunas em que está localizada e a rejeição que vem sofrendo das outras comunidades quando advêm intenções de reassentamento. A Comunidade PC3 e a Comunidade Panaia, as quais sofrem com a situação irregular e sem serviços de infra-estrutura, também expuseram sua indignação. Os representantes do Maciço do Morro da Cruz, da UFECO, partidos de oposição, entre outros, também manifestaram suas posições, seja na crítica à forma pela qual o Poder Público municipal vinha conduzindo a questão urbana, seja em propostas de melhoria.

Uma a uma todas as reivindicações foram sendo verbalizadas pelos representantes do Poder Público, como também foram dados inúmeros encaminhamentos de saneamento às questões levantadas, constituindo-se, portanto, em um importante momento de participação em que os sujeitos sociais souberam se valer para requerer a efetivação de direitos, há longo tempo exigidos.

Nesse contexto, a Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal também usufruiu desse importante espaço para colocar sua indignação frente à proposta oferecida pela Prefeitura. Pela leitura do documento [Ata da Audiência] fica evidente que a principal oposição da Comunidade era contra a remoção para o bairro Monte Cristo.

Em um novo ofício emitido pela Caixa Econômica Federal, número 585-2007-GIDUR, datado de 05 de junho de 2007, encaminhado à SMHSA, em que é anunciada a aprovação da proposta da Prefeitura de reassentamento da Comunidade Ponta do Leal junto ao Ministério das Cidades, é solicitada [para a autorização do processo licitatório] a ata de assembléia realizada com os moradores assegurando a adesão de no mínimo oitenta por cento (80%)<sup>9</sup> das famílias ao projeto habitacional nas localidades e nos moldes previstos. O

---

<sup>9</sup> O Ministério das Cidades exige que haja adesão de 80% da comunidade para o processo de remoção. Entretanto, a Prefeitura não dispunha desse documento porque a Comunidade Ponta do Leal ainda não havia assinado termo de adesão ao Projeto.

documento enviado pela Caixa Econômica Federal ainda reitera os esclarecimentos solicitados em ofício anterior, quanto aos critérios utilizados para definir as famílias numerosas e as alternativas a serem adotadas para atendimento das mesmas.

Outro destaque que merece ser feito em relação a esse ofício trata-se do item 2.2, o qual solicita informações acerca do andamento da Ação Civil Pública 2001.72.00.005264-3, fazendo a seguinte afirmação: “Vista que na última informação recebida não houve acordo entre a comunidade e a municipalidade quanto ao projeto” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006). No tocante à aceitação do Projeto por parte da Comunidade, evidencia-se, através do teor desses documentos, que os moradores da Ponta do Leal manifestavam, ainda naquele ano, sua intenção de não remoção e buscavam parcerias junto a outras instituições, nesse caso a Caixa Econômica Federal.

Em 11 de junho do mesmo ano, 2007, a Caixa Econômica Federal reforçou a solicitação da documentação que comprovaria a acedência de oitenta por cento (80%) dos moradores ao Projeto como esse se apresentava, de remoção para os bairros Jardim Atlântico e Monte Cristo, colocando o envio dessa documentação como pré-requisito para a abertura de edital licitatório de contratação aos serviços de uma empresa de obras.

Em que pese à oposição dos moradores, a SMHSA prosseguia com os procedimentos pertinentes ao processo de realocação da comunidade; tanto é que, no dia 06 de julho de 2007, providenciou visita coletiva dos responsáveis pelas famílias aos locais onde seriam construídas as novas unidades habitacionais, Jardim Atlântico e Monte Cristo.

Segundo o relatório da SMHSA, datado desse mesmo dia, no qual se registra o fato ocorrido, a Instituição, utilizando-se de microônibus, transportou trinta e dois (32) moradores até às áreas em que seriam construídas as edificações. De acordo com esse documento, o Engenheiro, Sr. Jorge Augusto Lopes, técnico da SMHSA, acompanhou os moradores e fez nos locais uma rápida explanação de como seriam construídos os dois conjuntos habitacionais.

O relatório expunha que os representantes das famílias que fizeram parte do reconhecimento “gostaram do local e percebia-se certa satisfação das pessoas com o Projeto. Anexo ao relatório, consta a lista de presença com as assinaturas dos moradores que fizeram o percurso.

Em nova Assembléia Geral, no dia 16 de julho de 2007, reuniram-se moradores da Comunidade, o Secretário, Sr. Atila Rocha dos Santos, técnicos da SMHSA, a Sra. Rosângela Koettker, representando a Caixa Econômica Federal; a Sra. Seméramis Celeste Pintado, representando o Gabinete do Vereador Marcio de Souza do PT e o professor da Universidade

Federal de Santa Catarina, Sr. Lino Pires, também do PT, na sede da ASCAN (Associação dos Servidores da CASAN), às proximidades da Ponta do Leal.

Conforme análise da Ata Oficial dessa Assembléia, a comunidade expôs seu descontentamento em relação à proposta de remoção apresentada pela SMHSA, principalmente no tocante à questão dos pescadores, que, saindo da Ponta do Leal, ficariam longe de seus equipamentos e longe de seu local de trabalho: o mar.

Nessa Assembléia, o Secretário, Sr. Átila Rocha dos Santos, abordou sobre a aprovação, pelo Ministério das Cidades, dos Projetos que iriam atender as Comunidades Ponta do Leal e Boa Vista, esta última localizada no bairro Saco dos Limões. Explanou ainda a respeito das limitações do recurso oferecido pelos Programas Habitacionais do Governo Federal, o qual, segundo ele, libera no máximo vinte e três mil reais (R\$ 23.000,00) para a construção de cada unidade habitacional, incluindo o recurso<sup>10</sup> para aquisição do espaço.

Quanto ao tamanho das unidades habitacionais [aproximadamente 45 metros quadrados], questão que vinha preocupando os moradores, o Sr. Átila disse que o Projeto que foi apresentado se enquadra nos padrões dos Projetos aprovados pelo Ministério das Cidades, portanto, na opinião dele, não existe qualquer irregularidade.

A Comunidade Ponta do Leal mais uma vez explicita sua resistência e protagonismo na defesa de seus interesses, não aceitando a proposta apresentada e contando novamente com aliados que integram seu movimento de luta e resistência.

Ainda que a referida comunidade não estivesse de acordo com a remoção para os bairros Jardim Atlântico e Monte Cristo, em 29 de agosto de 2007, conforme o jornal *Floripa Manhã*, o Prefeito Dário Berger assinou a ordem de serviço para a execução das obras do Projeto Habitacional da Comunidade Ponta do Leal. Conforme a publicação:

A maioria em situação de risco, já que as casas são sustentadas por estacarias, às margens da Praia Ponta do Leal, e agora, graças ao Projeto da Prefeitura, vão ser reassentados para novas residências e apartamentos, nos bairros Jardim Atlântico e Monte Cristo. (VAZ, 2007).

Contudo, segundo o mesmo jornal, em notícia datada de 05 de setembro de 2007, não só os moradores da Ponta do Leal estavam insatisfeitos com a remoção para os bairros

---

<sup>10</sup> Para cálculo do valor total a ser investido nos Projetos, deve-se incluir nesse o valor a exigência do Ministério das Cidades de uma contrapartida mínima proveniente do governo municipal.

Jardim Atlântico e Monte Cristo, como também, se mobilizavam os moradores da Comunidade Coloninha<sup>11</sup> contra o assentamento dos moradores da Ponta do Leal no local.

De acordo com a referida notícia, os moradores da Coloninha entregariam, naquele dia, um abaixo-assinado com setecentas assinaturas à Prefeitura e à Câmara de Vereadores, alegando que não foram ouvidos sobre a utilização da área e que possuem pretensões para o espaço. Pretendem utilizá-lo como área de lazer, para a instalação de um posto policial e para atender o déficit habitacional da própria comunidade.

O correto não seria trocar o problema de lugar, e sim resolver onde ele se encontra atualmente. Caso a mudança ocorra, é mais interessante a Prefeitura indenizar a comunidade para que aquelas pessoas possam comprar um imóvel de modo digno onde desejarem. Queremos é ouvir do governo municipal mais detalhes sobre este projeto e sermos ouvidos, deixando clara nossa posição. (POSICH, apud, VAZ, 2007).

Em entrevista a essa mesma reportagem, o Sr. Átila Rocha, Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, confirmou que o terreno no Jardim Atlântico, de posse da Prefeitura de Florianópolis, foi desapropriado do *grupo Koerich*, mas em troca de índice de construção para outras áreas. Diante de questionamentos do entrevistador, negou que a remoção da *Vila da Miséria*<sup>12</sup> tivesse a ver com a intenção de estabelecer na Ponta do Leal um empreendimento turístico, reafirmando que é resultado da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (FLORIPA MANHÃ, 2007).

Em 20 de novembro do mesmo ano, no Clube 6 de Janeiro, desenvolveu-se, sob a coordenação do Presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Ptolomeu Bittencourt Junior, uma Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Vereadores, convocada conforme Requerimento n. 437/2007, onde estiveram presentes, além de vereadores que compõem a Câmara Municipal, representantes das associações de moradores do município, como Associação Amigos do Estreito, Ação Comunitária Ambiental Monte Cristo (ACAMOC), Conselho das Associações, Associações do bairro Monte Cristo, Associação de Moradores da Coloninha, Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) do Canto, do Balneário Estreito e da Coloninha, UFECO, Conselho Comunitário do Projeto Sapé e Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal representada pelo Sr. João Luís de Oliveira.

<sup>11</sup> Conforme citado anteriormente, alguns moradores conhecem o entorno do terreno da Prefeitura no Jardim Atlântico como Coloninha, e assim se designam.

<sup>12</sup> Vila da Miséria é o nome pelo qual a Comunidade Ponta do Leal, também é conhecida, e motivo de revolta dos moradores, que se indignam e cotidianamente tentam desconstruir a imagem que o termo traduz.

Consta da Ata Oficial da seção da Câmara de Vereadores as inscrições para intervenções no evento. Entretanto, nem todo conteúdo manifestado pelos presentes inclui-se no registro. Identifica-se a manifestação do Sr. Rodrigo Cunha, Presidente do CONSEG do Canto, do Balneário Estreito e da Coloninha, reivindicando a realização de Audiência Pública para discutir sobre a transferência da Comunidade Ponta do Leal para o bairro da Coloninha.

O líder da Ponta do Leal, mais uma vez, aproveitou o momento para manifestar-se contra a realocação da sua comunidade para as regiões Jardim Atlântico e Monte Cristo, como consta do registro.

Encontra-se descrito como aprovado, entre outros, o requerimento de solicitação de nova Audiência Pública que viesse a tratar sobre a remoção das famílias da Comunidade Ponta do Leal para os bairros Monte Cristo e Jardim Atlântico: “Em oitavo – solicitando a realização de Audiência Pública para discussão da realocação da comunidade da Ponta do Leal para o bairro da Coloninha.” (ATA DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 2007).

Entre os registros que consubstanciam a trajetória de participação, luta e resistência da Comunidade Ponta do Leal, a ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Vereadores é o último documento que se tem conhecimento, do protagonismo desses sujeitos, no ano de 2007.

Em fevereiro de 2008, tendo em vista a exigência do Governo Federal que os beneficiados com Programas Federais estejam cadastrados no Cadastro Único para Programas do Governo Federal<sup>13</sup> (CAD ÚNICO), a SMHSA, através da ação dos técnicos sociais – assistentes sociais e estagiários do Serviço Social - planejou e executou a realização do CAD ÚNICO junto às famílias da Comunidade Ponta do Leal. Porém, não sem enfrentar a resistência da Comunidade, a qual temia que, assinando o formulário que constitui o cadastro, estaria assinando um termo que a considerasse *de acordo* com o Projeto Habitacional apresentado pela Prefeitura.

Há relatos de famílias que não responderam ao questionário sem o aval do líder da Comunidade, ainda que o início da execução da tarefa não tenha se dado sem a autorização prévia desse aos técnicos da SMHSA.

---

<sup>13</sup> O Cadastro Único para Programas Sociais (CAD ÚNICO), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 36 de junho de 2007, é um instrumento de coleta de dados e informações com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país. Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, R\$ 190 (cento e noventa reais), ou ainda as famílias com renda mensal total de até três salários mínimos, ou seja, R\$ 1.140 (mil cento e quarenta reais). O CadÚnico constitui uma base de informações que pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades.



Apesar dos desencontros, a habilidade dos técnicos e estagiários sociais da SMHSA em explicar o objetivo da aplicação do cadastro<sup>14</sup> possibilitou que esse se viabilizasse, resultando em uma atualização<sup>15</sup> do perfil da Comunidade. O último cadastro levantou setenta e sete (77) famílias e um total de duzentos e cinquenta e quatro (254) pessoas ocupando a Ponta do Leal.

Conforme relatório da SMHSA, em 03 de março de 2008, acontece uma reunião na sede do Ministério Público Federal em Santa Catarina, onde estiveram presentes a procuradora do Ministério Público Federal, Dra. Analúcia Hartmann, representantes da Caixa Econômica Federal, da Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal e técnicos da SMHSA, entre eles o Secretário, Sr. Átila Rocha dos Santos. De acordo com o relatório, o encontro tinha como objetivo repassar informações sobre o Programa de Urbanização, Regularização e Reintegração de Assentamentos precários a ser implantado no atendimento às famílias da referida comunidade. No momento, ainda foram apresentados o Projeto e a proposta de acomodação habitacional para cada uma das famílias a serem beneficiadas, definida a partir de critérios pensados entre a equipe social da referida Secretaria.

Durante essa reunião, a assistente social Rosângela Koettker, representando a Caixa Econômica Federal, sugeriu que o Projeto fosse apresentado através de efetivação de nova Assembléia Geral, contrariando a decisão inicial da Prefeitura em fazer uma abordagem individual com cada família. Novamente o líder da Comunidade manifestou-se indagando sobre a infra-estrutura da área no bairro Jardim Atlântico, local proposto para a realocação de parte da Comunidade. Levantou questões como a insuficiência de vagas na creche mais próxima e a suposta existência de nascentes de água no terreno.

Diante dos questionamentos, o Secretário respondeu que passaria ao órgão competente a resolução do problema levantado, Secretaria da Educação; e o engenheiro da SMHSA, Sr. Jorge Augusto Lopes, informou que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (FLORAM), em estudo do local, constatou que não existe nascente no terreno e que já havia sido mandado à FATMA Relatório Ambiental Prévio (RAP), solicitando licença ambiental.

Como no momento os moradores que representavam a Comunidade demonstraram interesse em saber mais sobre o Projeto e o contrato de financiamento, ficou agendada uma nova reunião para o dia 11 de março de 2008, no Ministério Público Federal.

---

<sup>14</sup> A assinatura dos moradores junto ao CAD ÚNICO, de forma alguma se constituía em adesão ao Projeto apresentado, mas apenas uma formalização, afinal, ainda que os mesmos não acatassem a proposta oferecida, seriam contemplados com outra alternativa, cujo recurso também seria proveniente do Governo Federal, e portanto teriam que estar cadastrados junto ao mesmo.

<sup>15</sup> O último cadastro, que não se constituía no CAD ÚNICO, mas um questionário elaborado pela SMHSA levantou o perfil da Comunidade em 2006. Entretanto, esse perfil não é estático, tendo em vista que temos que considerar o movimento natural dos indivíduos. Esses podem migrar para outras comunidades, alugando ou vendendo suas benfeitorias e novos moradores podem acomodar-se na comunidade em antigas ou novas habitações.

Por motivos que fogem ao nosso conhecimento, a referida reunião não se realizou e os acontecimentos que se sucederam acirraram as contradições entre SMHSA e Comunidade. Conforme Comunicação Interna da SMHSA, em 03 de abril de 2008, quando assistentes sociais desta Secretaria estiveram na Comunidade para entregar um convite a cada uma das famílias, elas foram barradas pelo líder da Comunidade e impedidas de prosseguirem com a atividade. De acordo com documento, o objetivo do convite se explicita em:

[...] com o objetivo de, em face da proposta habitacional prevista para a referida comunidade, entregar a solicitação de comparecimento às famílias para se apresentarem ao atendimento que seria realizado na ASCAN (Associação dos Funcionários da CASAN - ao lado da Ponta do Leal ) onde seriam feitos os esclarecimentos e detalhes apresentados a cada uma delas o projeto de habitação e o termo de adesão. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Conforme a Comunicação, a decisão do líder foi apoiada pelos demais moradores, o qual se manifestou declarando que a comunidade só voltaria a conversar sobre o Projeto Habitacional proposto pela SMHSA na presença do Ministério Público.

Em 11 de abril deste mesmo ano, conforme Relatório de Atividades, membros da equipe técnica social da SMHSA estiveram na presença da procuradora Dra. Analúcia Hartmann para inteirá-la dos últimos acontecimentos em relação ao impasse entre SMHSA e a Comunidade Ponta do Leal contrária ao Projeto Habitacional planejado para atendê-la.

Frente à exposição, a Procuradora levantou as seguintes considerações:

- O tamanho dos apartamentos de três quartos, (46 metros quadrados) seria insuficiente para famílias numerosas. Segundo a promotora, os apartamentos de três quartos aumentam em apenas 3 metros aos apartamentos de dois, área inviável para abrigar famílias de até 11 membros;
- O terreno seria muito pequeno para abrigar os nove blocos;
- E apontou indícios, conforme informações de sua equipe técnica, de que o terreno era inviável para edificação devido à existência de fontes de água.

Entretanto, diante dos prazos, que a Caixa Econômica Federal, como intermediária entre Ministério das Cidades e Órgão Público Municipal, cobra, fazia-se inadiável uma decisão, no intento de evitar que o recurso disponível à viabilização do Projeto retornasse aos cofres da União, tendo em vista que o prazo para a comunidade decidir pela adesão ou não se encerraria em julho deste mesmo ano.

Ainda assim, a procuradora considerou um equívoco da SMHSA, diante da situação de impasse, impor a assinatura do termo.

Paralelo a isso, em 15 de abril de 2008, a Associação de Moradores elaborou um documento oficial reafirmando o desejo de permanecer na comunidade, chocando-se com a proposta habitacional da SMHSA. O mesmo documento foi enviado ao Ministério Público, à Gerência do Patrimônio da União e à referida Secretaria. Este descrevia, entre outros assuntos:

Desde o início das negociações, nós da comunidade manifestamos o desejo de permanecer na localidade, por várias razões o justificamos, dentre as quais, o tempo em que moramos na referida área, sendo que ao lado tem uma área ocupada pela Associação dos Servidores da CASAN – ASCAN e que, nas conversações anteriores com a Prefeitura, foi levantada esta possibilidade do aproveitamento da respectiva área desde que pudéssemos adequar ao Projeto Urbanístico, no sentido de viabilizar o atendimento das famílias e, assim, resolvendo o problema sem que houvesse a necessidade de alocação para outras áreas. Considerando ainda que o Presidente Lula, através da Medida Provisória 387/2007, tem orientado a Secretaria do Patrimônio da União a destinar áreas da União para fins de atender moradia de interesse social, vimos, por meio deste documento, demonstrar nosso interesse de retornar às negociações, pois sabemos que a Gerência do Patrimônio da União também vem desenvolvendo estudos no levantamento da situação fundiária daquela área. Nosso objetivo com esta iniciativa é ampliar parcerias na busca de uma solução viável de modo que possamos chegar num entendimento o mais breve possível, assegurando os recursos do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social deliberado pelo Governo Federal. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA DO LEAL, 2008)

Assim, a SMHSA convida membros da Associação de Moradores, técnicos da Caixa Econômica Federal e técnicos da própria Secretaria para uma reunião, no dia 23 de abril, na sede da ASCAN.

Em resposta ao convite da SMHSA, a Associação de Moradores retorna à instituição um novo documento, informando a decisão da Comunidade:

Considerando que essa reunião tem por objetivo dar continuidade à discussão do projeto habitacional, os moradores decidiram que só participam se houver a presença indispensável de representantes da Gerência do Patrimônio da União e do Ministério Público Federal. Sob a justificativa de que o Ministério Público vem acompanhando o desenrolar das negociações para solucionar a questão ambiental, bem como a Gerência do Patrimônio da União o vem fazendo. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA DO LEAL, 2008).

Como o documento foi enviado um dia antes da reunião, não houve tempo hábil para viabilizar os convites às referidas autoridades. Mesmo assim, a SMHSA não desmarcou o encontro e os moradores compareceram no dia e hora marcados. Estiveram presentes o Sr. João Luís de Oliveira (Presidente da Associação) e demais membros da associação; os técnicos de obras e técnicos sociais da SMHSA; técnicos da Caixa Econômica Federal, Sr. Wilson P. Ferreira e Sra. Rosângela Koettker, e um membro da Associação dos Pescadores da Ponta do Leal.

O líder da comunidade esclareceu no momento a única conversa que interessava à comunidade: “A acomodação das famílias da Ponta do Leal no terreno que atualmente é sede da ASCAN” (JOÃO LUÍS DE OLIVEIRA, 2008).

O Sr. João Luís destacou, ainda, que existe um processo em andamento na Câmara de Vereadores quanto à questão do terreno do Jardim Atlântico e, portanto, considera uma falta de respeito a SMHSA apresentar diante do Ministério Público um projeto inacabado e sem a definição de terreno.

Sra. Rosângela, assistente social da Caixa Econômica Federal, refletiu que a comunidade estava trazendo novas possibilidades [o terreno da ASCAN]; questionou a posição da SMHSA em relação a esta alternativa. Lembrou que, em uma Assembléia com a Comunidade Ponta do Leal, os técnicos da SMHSA apresentaram um Projeto que fora questionado pela comunidade. Todavia, no momento os mesmos técnicos defenderam que tal Projeto estaria sujeito à readequação. Porém, segundo ela, já corria licitação à revelia da aprovação da Comunidade. Conforme a assistente social Rosângela, a Caixa exige 80% de adesão da comunidade ao Projeto para que essa seja removida.

Sr. Ari, morador, manifestou-se dizendo que a Comunidade da Coloninha era contra a ida da Comunidade Ponta do Leal para a região, assim como, no bairro Monte Cristo a Comunidade Santa Terezinha também não concordava.

Sra. Ivone, moradora, fez questão de evidenciar que, quando “Gão”, líder comunitário, ia à SMHSA, esse estava representando a vontade da comunidade.

Após intenso debate, ficou definido que seria marcado um novo encontro, agora respeitando a vontade dos moradores, com a presença do Ministério Público, Patrimônio da União, Comunidade, técnicos da SMHSA e técnicos da Caixa Econômica Federal. O líder comunitário solicitou que esse novo encontro se constituísse em nova Audiência Pública. Conforme Ata Oficial da reunião, os membros da Associação de Moradores presentes se negaram a assinar a lista de presença.

Diante do impasse vivido, de acordo com Ata Oficial<sup>16</sup>, aos dezenove dias do mês de junho do ano de 2008, das 19h00min às 21h45min, no Auditório da Associação de Servidores da Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina (ASCAN), no Balneário do bairro Estreito, em Florianópolis, foi realizada Audiência Pública, convocada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis através da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), para tratar da proposta de implementação do Projeto Habitacional previsto a atender as famílias da Comunidade Ponta do Leal. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

O evento aconteceu sob a coordenação do Secretário Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, Sr. Átila Rocha dos Santos. Para o evento foram convidados representantes das instituições: CASAN; CELESC; Colégios Aderbal Ramos da Silva e Antônio Peixoto; Associação de Moradores da Coloninha, Jardim Atlântico, Balneário e Estreito; Associação de pescadores da Ponta do Leal; ASCAN; Caixa Econômica Federal; Câmara Municipal de Vereadores; Clube 6 de Janeiro; Corpo de Bombeiros; FATMA; FLORAM; Fórum Regional do Continente; IPUF; Ministério Público Federal; Ministério Público Estadual; Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria do Continente; SUSP e os moradores da Comunidade Ponta do Leal. (FLORIANÓPOLIS, 2008). Ainda se fez presente o Conselheiro do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, Sr. Leonardo Pessina.

Foram chamados a compor a mesa o representante da Associação de Moradores da Ponta do Leal, Sr. João Luís de Oliveira, a representante da Caixa Econômica Federal, Sra. Rosângela Koettker, representando o Ministério Público Federal o Sr. Marcos F. Almeida [geólogo], o representante do Ministério Público Estadual, o qual não estava presente, a representante da Câmara Municipal de Vereadores, a vereadora Ângela Albino, e a Gerente Regional da Secretaria do Patrimônio da União, Isolde Espindola. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Como pauta da presente Audiência Pública, foi colocado: Apresentação do Projeto Habitacional para os moradores; a proposta de distribuição das famílias nas novas unidades habitacionais; e, finalmente, o objetivo primordial, segundo o Secretário, a decisão da comunidade quanto à adesão ao Projeto Habitacional, onde cada família, diante da exposição do mesmo, deveria decidir se acatava ou não. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

---

<sup>16</sup> A descrição dos acontecimentos da Audiência Pública do dia 19 de junho se pauta na Ata Oficial que registra o evento, essa pode ser encontrada nos arquivos da SMHSA, como também, na página eletrônica oficial da PMF disponível em:  
[http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao\\_/dados\\_conjuntos/ponta\\_do\\_leal\\_/ata\\_audiencia\\_publica\\_ponta\\_do\\_leal.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao_/dados_conjuntos/ponta_do_leal_/ata_audiencia_publica_ponta_do_leal.pdf)

De acordo com o Secretário, a única pendência que estava impossibilitando a continuidade e implementação do Projeto aos moldes como ele fora apresentado pela SMHSA seria a decisão da comunidade, que se fazia urgente, uma vez que o prazo final para a entrega dos documentos que comprovariam a adesão dos moradores à proposta encerraria no dia 30 de junho de 2008, caso contrário, o recurso não seria repassado ao município, retornando à União. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Antes que se abrisse para o debate, foram apresentados o Projeto habitacional e os documentos que a Comunidade deveria assinar, caso optasse por aceitá-lo: o *Termo de Adesão* e o *Termo de Compromisso e Obrigações*. Em seguida, como coordenador do evento, o Secretário Sr. Átila Rocha dos Santos sugeriu que, no primeiro momento, fosse decidida a forma pela qual a decisão seria contemplada – voto secreto ou aclamação. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Contudo, exacerbados, os moradores reivindicaram que antes da decisão fosse concedido espaço para questionamentos e discussões. Diante do tumulto, o líder da associação de moradores, Sr. João Luís de Oliveira, solicitou tranqüilidade aos moradores, afirmando que o *rumo da conversa* era positivo e agradeceu à comunidade e às autoridades o comparecimento. Declarou que a comunidade aprendeu muito no decorrer desse processo e que, portanto, era necessário permanecer unida. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

O líder fez a leitura do documento expedido pelo Ministério Público Federal, assinado pela Procuradora Analúcia Hartmann, o qual alega a existência de vertentes de água soterradas no terreno do Jardim Atlântico utilizado como uma das alternativas para a remoção da comunidade, questionando a licença e o laudo expedidos pela FATMA. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

O presidente da Associação ainda se manifestou em nome das famílias, afirmando que a comunidade não aceitava ser realocada tanto para o Bairro Monte Cristo, quanto para a Coloninha (Jardim Atlântico). Segundo declaração do presidente, a comunidade desejava ser reassentada no terreno atualmente ocupado pela ASCAN, e sendo esse propriedade do Patrimônio da União e não da Prefeitura, não via objeção para tal. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

A Gerente Regional da Secretaria do Patrimônio da União, Isolde Espíndola, se manifestou em relação ao local ocupado pela ASCAN, cujo terreno vem sendo reivindicado pela comunidade para o reassentamento. Conforme a Sra. Isolde, o terreno, embora pertença ao Patrimônio da União, está ainda em nome da empresa Texaco, aguardando regularização,

e, portanto, afirma que a CASAN ocupa o terreno de forma irregular. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

De acordo com a manifestação da Gerente Regional, a prioridade dos terrenos de propriedade da União são no atendimento aos interesses públicos, entre eles, o reassentamento de comunidades carentes. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Deste modo, o Secretário Átila ponderou que, se o espaço da ASCAN estiver disponível, não haveria nenhuma objeção da Prefeitura Municipal para a utilização desse local na implantação de um Projeto Habitacional de atendimento aos moradores e acrescentou que a Secretaria não tem a intenção de impor aos moradores nenhum Projeto, daí a exigência da adesão de 80% da comunidade. (FLORIANÓPOLIS, 2008).

O Conselheiro do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, Sr. Leonardo Pessina, fazendo o uso da palavra, citou a Medida Provisória <sup>17</sup> de autoria do Presidente Lula, criada no sentido de facilitar o repasse dos terrenos de patrimônio da União para atendimento de áreas de interesse social. Salientou, entretanto, que o processo de liberação do terreno para a viabilização de um Projeto Habitacional que viesse a atender a Ponta do Leal poderia se protelar por bom tempo; portanto, segundo ele, isso se configuraria em um sério problema, tendo em vista que o uso do recurso disponibilizado para a implementação do Projeto se fazia urgente.

Uma vez que o assunto se pautava em torno do recurso disponível para a implementação do Projeto em questão, a assistente social da Caixa Econômica Federal, Sra. Rosângela, fez uso do momento para elucidar que esse era procedente de Programa Federal, cujo objetivo se limitava a atender, através de remoção, ocupações sob palafitas e, por conseguinte, conforme a legislação, não pode ser utilizado para acolher outra comunidade de Florianópolis, senão a Ponta do Leal, única no município sob essas condições. Porém, continuou a assistente social, o prazo limite para a sua utilização se esgotaria no dia 30 de junho, retornando ao Ministério das Cidades caso não fosse utilizado.

Sr. Leonardo Pessina, otimistamente manifestou-se motivando a comunidade e demais órgãos envolvidos a batalhar pela prorrogação do prazo para uso do recurso em 2009, e se comprometeu, como Conselheiro do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, a lutar juntamente com a comunidade por esse objetivo.

Sr. Rodrigo Cunha, Presidente da Associação de Moradores da Coloninha, aproveitou ainda para se solidarizar com a causa dos moradores da Ponta do Leal, defendendo

---

<sup>17</sup> A Medida Provisória 335, de 23 de dezembro de 2006, de autoria do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

que, se há a viabilidade de realocação dessa Comunidade para o terreno por ela pretendido e a possibilidade de não perder o recurso, *que se lutasse por isso*. Solicitou ao Secretário a suspensão do Projeto, proposta da SMHSA, e enfatizou que o líder comunitário estava *brigando* por dignidade de moradia para a Comunidade.

Após intenso debate e a manifestação polvorosa<sup>18</sup> dos moradores, o Secretário retomou o objetivo da Audiência e sugeriu que, por aclamação, a Comunidade votasse por adesão ou não ao Projeto como ele se apresentava, tendo em vista que as manifestações demonstravam que a comunidade não tinha a intenção de ir para o Jardim Atlântico e para o Monte Cristo.

Diante da pressão, o líder comunitário recomendou que nada fosse votado naquele momento, já que antes seria necessário encaminhar a prorrogação do prazo para uso do recurso e regulamentar o terreno da ASCAN, tornando-o viável ao Projeto Habitacional. Assim, solicitou que se votasse por suspensão ou não da presente Audiência Pública.

Uma das representantes da Caixa Econômica Federal, Sra. Jussara, alertou, entretanto, para o prazo limite de uso do recurso.

A Vereadora do PC do B, Sra. Ângela Albino, incitou os moradores a refletirem sobre a decisão, para ela, não se tratava de *pegar ou largar*. Disse que novas possibilidades poderiam ser construídas, como também, outro recurso público poderia ser conquistado posteriormente, defendendo a votação ao Projeto. Considerou que a comunidade deveria assumir o risco em prol de um Projeto aos moldes que deseja.

Os moradores já estavam levantando para sair da sala, em concordância com a suspensão da audiência, mas sob o apelo do Presidente da Associação, retornaram.

Sra. Tânia, representante da Associação de Moradores da Coloninha, apoiou os argumentos da vereadora Ângela Albino e defendeu que não se perdesse ainda mais tempo adiando a questão e que fosse realizada a votação para identificar o desejo da Comunidade por aderir ou não ao Projeto, questionando em alto som: *“a comunidade quer ou não quer o Projeto?”*

Tanto o líder, como os moradores, refletiram sobre as últimas manifestações dos agentes externos à Comunidade e, sob aplausos, a maioria dos moradores decidiram votar pela não adesão ao Projeto.

---

<sup>18</sup> Ainda que poucos moradores tivessem se inscrito para fazer o uso da palavra ao grande público, esses se manifestavam em debates que se restringiam a pequenos grupos em proximidade.



O Secretário Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental destacou então, como encaminhamento, que a decisão desta Audiência Pública foi: 1 - a não aprovação, pela Comunidade Ponta do Leal do Projeto Habitacional no Bairro Jardim Atlântico; 2 - a não aprovação, pela Comunidade Ponta do Leal, do Projeto Habitacional no Bairro Monte Cristo. Reafirmou, por fim, o compromisso da Prefeitura Municipal de Florianópolis, da comunidade e de todos os órgãos e entidades envolvidas em buscar uma nova alternativa de Projeto Habitacional, preferencialmente no local em que hoje está a comunidade.

Frente a essa trajetória de resistência impetrada pela Comunidade Ponta do Leal em protesto ao formato em que se apresentou a Política Habitacional do Município de Florianópolis, os sujeitos desse processo – os moradores - inseriram seus interesses e expectativas na agenda pública municipal, fazendo-se protagonistas da ação que pretende realocá-los. [Como se insere o profissional do Serviço Social nesse processo, e que desafios são colocados para a profissão na implementação da Política de Habitação, diante de movimentos como esse, de resistência?]

Toda esta trajetória, de protagonismo e resistência dos moradores e aliados, colocam desafios para o profissional de Serviço Social na formulação e execução da Política de Habitação voltada para áreas de interesse social, e sob uma visão mais ampliada, reflete os desafios impostos aos assistentes sociais inseridos no espaço público institucional.

Como intervir neste espaço marcadamente contraditório entre interesses institucionais versus interesses populares?

Sem dúvida, aqui vivenciamos os desafios postos para esta profissão que se diz comprometida com um Projeto Ético Político voltado à defesa dos direitos sociais. Segundo Yamamoto, (1999), “um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 1999, 113).

Para Guerra (2007), as transformações sociais vividas nos países capitalistas nos últimos anos, resultantes da acentuada crise do capital, tiveram como uma das conseqüências o redimensionamento das políticas sociais. Sendo essas constituintes do espaço sócio-ocupacional do assistente social, tais transformações significaram à profissão reformulação da prática do Serviço Social, como decorrentes de novas e mais complexas relações entre Estado e sociedade civil, de onde deriva um novo modelo de enfrentamento da questão social, caracterizado por medidas focais e paliativas de combate à pobreza (GUERRA, 2007, p.6).

Mediado pela lógica do mercado, o exercício profissional sofre um redimensionamento pelas alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. No que se refere às mudanças nos serviços, a estes é incorporada a lógica da produção capitalista, alterando suas condições e relações de trabalho e formas de sociabilidade (GUERRA, 2007, p.7).

De acordo com a autora, inserido no espaço público institucional, o profissional de Serviço Social está condicionado às execuções das atividades e projetos para os quais é contratado e sua autonomia, invariavelmente, estará limitada ao contexto sócio-histórico e sua capacidade estratégica profissional (GUERRA, 2007, p.6).

Desta maneira, torna-se explícito o quão é contraditório o espaço de trabalho do assistente social, aqui em especial, o espaço público. Se, por um lado, deve responder às demandas que se apresentam cotidianamente através de ações emergenciais que reproduzem a retórica assistencialista, por outro, deve orientar suas ações conforme o Projeto Ético Político da profissão.

Porém, segundo Iamamoto, as alternativas para os profissionais, diante de tamanha contradição, “não saem de uma suposta *cartola mágica*” as possibilidades, apesar de se situarem na própria realidade, não se apresentam espontaneamente transformadas em alternativas profissionais. Para almejá-las, além da nítida visualização da conjuntura em que se apresentam os fatos, ao profissional cabe apropriar-se das possibilidades e ampliá-las transformando-as em estratégias de enfrentamento (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Conforme Iamamoto, 2001, o assistente social tem se constituído, ao longo dos anos, um dos agentes profissionais que implementam políticas sociais, especialmente políticas públicas, atuando diretamente com a população usuária, entretanto, na concepção da autora, o mercado exige a transcendência do técnico meramente executor para o técnico atuante na formulação de políticas públicas e gestão de políticas sociais:

Responder a tais requerimentos exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades pré-estabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Sendo assim, pela consolidação do Projeto Ético Político do Serviço Social em momentos críticos como os da contemporaneidade, de acordo com Iamamoto, o desafio está em tornar os espaços de trabalho do assistente social em espaços realmente públicos, ampliando o acesso da população na administração pública e viabilizando à sociedade maior controle das decisões que a envolve (IAMAMOTO, 2001, p. 143).

Isso é viabilizado pela socialização de informações; ampliação do conhecimento de direitos e interesses em jogo; acesso às regras que conduzem a negociação dos interesses atribuindo-lhes transparência; abertura e/ou alargamento de canais que permitam o acompanhamento da implementação das decisões por parte da coletividade; ampliação de fóruns de debate e de representação, etc. (IAMAMOTO, 2001, p. 143).

Nesse contexto, de desafiadoras contradições inerentes ao exercício profissional do Serviço Social dentro das instituições públicas, se apresenta o processo vivido pelos técnicos sociais da SMHSA. Diante das circunstâncias apresentadas e dos limites institucionais impostos, a autonomia dos profissionais e a interpretação conjuntural do processo ficaram comprometidas, impossibilitando a visualização e a construção de novas estratégias de intervenção que garantissem a efetivação dos preceitos que regem a Política Nacional de Habitação no atendimento às demandas da Comunidade Ponta do Leal.

Em que pese o comprometimento com a classe trabalhadora, nesse processo o Serviço Social, colocadas as limitações, acatou com a proposta da Instituição, posicionando-se a favor da política do município em detrimento dos interesses da Comunidade.

Nesse sentido, fica evidenciado que a superação das contradições que circundam o Serviço Social, não exclui a consolidação de um trabalho comprometido com o Projeto Ético Político da profissão que inclui, impreterivelmente, o aparato teórico, a capacidade técnico-operativa de uso qualificado dos instrumentais do Serviço Social e o compromisso ético pela defesa intransigente dos direitos sociais, em uma atuação que priorize os interesses coletivos em detrimento das políticas clientelistas de favorecimento aos interesses político - partidários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda essa trajetória de Protagonismo e Resistência do Movimento de Bairro desvenda a capacidade que esses indivíduos tem em se colocarem como sujeitos de sua própria história, como também, ainda que, *à duras penas*, capacidade de conquista e efetivação de seus direitos, enquanto ocupantes do disputado espaço urbano. A experiência vivida por estes e seus aliados indica a necessidade de uma revisão da Política Habitacional aplicada no município de Florianópolis, que contemple o princípio da participação, conforme explicita a Política Nacional de Habitação.

Ao mesmo tempo, o contexto apresentado demonstra o desafio que fica para a profissão de Serviço Social, no sentido de elaborar e executar a referida Política, tendo em vista as correlações de força que imperam e influenciam as direções das ações públicas municipais.

Diante dessa conjuntura, se coloca emergente a atuação desse profissional orientada para a geração de mecanismos que valorizem a potencialidade dos sujeitos, favorecendo o acesso à informação e à participação, no exercício de consolidação do controle popular nos processos decisórios e emancipação dos usuários das políticas públicas.

Sobretudo, é necessário repensar a prática do Serviço Social em atuação na implementação da Política Habitacional, revendo as estratégias e formas de intervenção, que inclua no planejamento do exercício profissional a prioridade pelos interesses da população.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980 133p.

A NOTÍCIA, AN Capital. **Prefeitura tem prazo para limpar praia**. 2003. Disponível em: <http://www.prsc.mpf.gov.br/noticias/meio%20ambiente.htm#Florianópolis>. Acessado em: 14 Out 2008.

A NOTÍCIA, AN Capital. **Interesse turístico é descartado**. 2007. Disponível em: <http://floripaamanha.org/weblog/2007/1840>. Acessado em: 05 Out 2008.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. Sistema Nacional de Habitação. Ministério das Cidades. Brasília: 28 de maio de 2004b.

\_\_\_\_\_. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/português/releases/2007/r220107-PAC.pdf>. Acessado em: 31 Ago 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Orientação Operacional. Programa Habitar Brasil BID**. Brasília, 2000ª.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. 98p.

DAGNINO, Evelina. **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 172p.

DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina Pahim. **Mobilização, participação e direitos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007. 201p.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/ ANPOCS, 1995. 353p.

DURHAM, Eunice Ribeiro; CARDOSO, Ruth Correa Leite. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 156p.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Câmara Municipal de Florianópolis. Diretoria legislativa. **Ata da sessão extraordinária realizada em 20 de novembro de 2007**. Florianópolis, 2007.

FLORIANÓPOLIS. **Política Habitacional de Florianópolis. Versão Preliminar**. 2002.

FLORIANÓPOLIS. **Política Habitacional do Município de Florianópolis. Seminário Interno. Texto de apoio**. Florianópolis: Outubro de 2006b.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Volume 91, 2007. p 5- 33.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922p.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Módulo 01. Brasília: CEAD, 1999, p. 112-126.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.

LACERDA, Denise. **Cidadania, participação e exclusão: uma análise do grau de instrução no eleitorado brasileiro**. Itajaí: UNIVALI, 2000. 182p.

MARQUES, Cheyenne Vieira. **A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: desafios para a intervenção profissional do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MARTINS, Celso. Comunidade não quer ser dividida. *A Notícia*, 2006. Disponível em: <http://floripamanha.org/weblog/2006/165>. Acessado em: 10 Out 2008.

MORAIS, Patrícia. Metodologia de Pesquisa Científica. Disponível em: [www.fatecjp.com.br/posgraduacao/metodologia-patricia-aula3.pdf](http://www.fatecjp.com.br/posgraduacao/metodologia-patricia-aula3.pdf). Acessado em: 13 Out 2008.

MUNCK, Geraldo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 105-125, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Roberto de; LOCH, Carlos; GEISSLER, Helene J. **Palafitas: Tipologias Habitacionais em Áreas Costeiras de Florianópolis – SC**. Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2007.

PAOLI, Maria Célia; HELLMANN, Michaela. **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não tem jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995. 133p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários: Comunidade Ponta do Leal. Projetos Vila Fabiano de Cristo e Vila Jardim Atlântico**. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Ata de Audiência Pública realizada em 19 de junho de 2008**.

Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao\\_/dados\\_conjuntos/ponta\\_do\\_leal\\_/ata\\_audiencia\\_publica\\_ponta\\_do\\_leal.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/habitacao_/dados_conjuntos/ponta_do_leal_/ata_audiencia_publica_ponta_do_leal.pdf). Acessado em: 05 Ago 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. **Habitação Social em Florianópolis**. Disponível em: [www.pmf.sc.gov.br/habitacao/\\_hb\\_habsocial.htm](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/_hb_habsocial.htm). Acessado em: 10 Out 2008.

RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 90**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 313p.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; VIOLA, Eduardo J (Org.); KRISCHKE, Paulo José (Org.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989. p.90-126.

SCHERER-WARREN, Ilse; ROSSIAUT, Jean. **Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais**. Itajaí: Editora da Univali; Florianópolis: Diálogo, 1999. 333p.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria . **Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004. 188p.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais e Participação. In: SPOSATI, Aldaiza; SAWAIA, Bader B.; DALLARI, Dalmo et al. **Ambientalismo e Participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001. p. 41-56.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. Movimentos Sociais: gênese e principais enfoques conceituais. **Revista Kairós**, São Paulo, 4(2), p. 13-38, dez. 2001.

SILVA, Benedicto; NETTO, Antonio Garcia de Miranda; et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, Marliange da. **A experiência do Programa Habitar Brasil – BID – Região Chico Mendes: Uma análise da participação social**. Programa de pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SOARES, Fabiana de Souza. **O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID – seu significado para os sujeitos de direitos – os desafios para o Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação à Sociologia**. O que é Movimento Social? São Paulo: Atual, 1993.

VAZ, Mario. **Prefeito assina ordem de serviço para a construção de 90 unidades habitacionais**. Floripa Manhã, 2007. Disponível em: <http://floripaamanha.org/weblog/2007/1807>. Acessado em: 05 Out 2008.

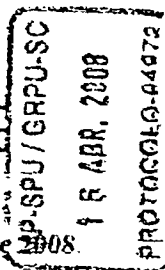
**ANEXOS**



**A – Comunicação da Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal encaminhada à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em 15 de Abril de 2008.**

**Associação de Moradores da Ponta do Leal**  
 Rua xv de Novembro, 517-Balneário-Estreito CEP. 88.075-230 Florianópolis-SC  
 CNPJ-08.072.250/0001-49

Florianópolis, 15 de abril de 2008.



Prezada Gerente,

A Associação dos Moradores da Ponta do Leal, vem há muitos anos em processo de negociação com a Prefeitura Municipal, devido uma ação judicial movida pelo Ministério Público Federal, que constatou a poluição ambiental, principalmente ao saneamento básico comprometendo a saúde pública naquela localidade e assim como solução do problema foi proposta a remoção das famílias que ocupam aquela área, sendo que infelizmente a alternativa de área adquirida no Bairro da Coloninha, vem encontrando obstáculos do ponto de vista ambiental, fato este que se encontra em processo de análise no Ministério Público Federal. Além disto a participação da comunidade no processo decisório principalmente na definição do Projeto Habitacional tem sido problemático, pois as decisões são tomadas unilateral pelo Poder Público Municipal e sistematicamente confrontando com os interesses da comunidade que reclama da forma impositiva adotada na relação com as famílias envolvidas na demanda.

Como só isto não bastasse soma-se a construção da Avenida Beira Mar Continental já em andamento que vem aterrando parte da orla marítima além de estudos preliminares de viabilização da construção de um porto marítimo turísticos, nas imediações daquela localidade, que por vezes divulgado pela imprensa escrita embora ainda sem nenhum parecer técnico dos Órgãos Públicos.

Desde o início das negociações, nós da comunidade manifestamos o desejo de permanecer na localidade, por varias razões o justificamos, dentre as quais o tempo em que moramos na referida área, sendo que ao lado, tem uma área ocupada pela Associação dos Servidores da Casa - ASSCAN e que nas conversações anteriores com a Prefeitura, foi levantada esta possibilidade do aproveitamento da respectiva área desde que pudessemos adequar ao Projeto Urbanístico, no sentido de viabilizar o atendimento das famílias e assim, resolvendo o problema sem que houvesse a necessidade de alocação para outra área. Considerando ainda que o Presidente Lula através da Medida provisória 387/2007, tem orientado a Secretaria do Patrimônio Público destinar áreas da União para fins de atender moradia de interesse social, viemos por meio deste documento demonstrar nosso interesse de retomar as negociações, pois sabemos que a Gerencia de Patrimônio da União, também vem desenvolvendo estudos no levantamento da situação fundiária daquela área.

Nosso objetivo com esta iniciativa é ampliar parcerias na busca de uma solução viável de modo que possamos chegar num entendimento o mais breve possível, assegurando os recursos do Fundo Nacional de Moradia de Interesse Social deliberado pelo Governo Federal.

Sendo que tínhamos para o momento, ficaremos no aguardo de Vossa manifestação

3220

2.001289/2008-AM

*João Luiz de Oliveira*

Atenciosamente

Lider da Comunidade João Luiz (gão) fone: 04896138692

E-mail [gaoquilombola@hotmail.com](mailto:gaoquilombola@hotmail.com) ou [gaoquilombola@yahoo.com.br](mailto:gaoquilombola@yahoo.com.br)

PRISC-SEC AD  
002130/2008

A  
 Gerencia Regional /Estado de Santa Catarina

Excelentíssima Sr. Gerente

Dr. Isolda Spindola

Nesta

2008 APR 15 10:59 AM

Com cópia ao Ministério Público Federal

51  
 2008 APR 15 10:59 AM

**B – Comunicação da Associação de Moradores da Comunidade Ponta do Leal encaminhada à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental em 23 de Abril de 2008.**

**Associação de Moradores da Ponta do Leal**  
Rua XV de Novembro, 517-Balneário-Estreito - CEP 88.075-230  
Florianópolis-SC. CNPJ-08.072.250/0001-49

Florianópolis, 23 de abril de 2008.

Senhor Secretário,

A Associação de Moradores da Ponta do Leal, diante do convite recebido formal da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento, a participar de uma reunião marcada para o dia 23 de Abril de 2008 às 19:00 hs, no salão da ASCAN, na Rua XV de Novembro, vem se manifestar com as seguintes considerações:

A referida reunião a nosso ver, tem como objetivo dar continuidade a discussão do projeto habitacional da Comunidade da Ponta do Leal. Portanto, em reunião da diretoria de nossa Entidade realizada no dia 21 de abril de 2008, foi decidido que somente participaremos da referida reunião com a presença indispensável da Gerência do Patrimônio da União e o Ministério Público Federal. Nesse sentido solicitamos que essa secretaria encaminhe o convite oficial para estes Órgãos acima citados e caso não sendo possível esta providencia, que a Secretaria possa agendar outra reunião o mais breve possível de modo que se garanta a participação de todos os envolvidos.

**Justificativa:** Considerando que o Ministério Público Federal vem acompanhando o desenrolar das negociações para solucionar a questão ambiental, bem como a Gerencia do Patrimônio da União, se faz necessário a participação dos mesmos em todas as etapas

Certo que scremos atendidos, o cumprimentamos.

Atenciosamente.

  
João Luiz de Oliveira

Presidente da Associação de Moradores da Ponta do Leal  
Telefone-(048)9613869 e-mail [gaoquilombola@hotmail.com](mailto:gaoquilombola@hotmail.com)

A  
Secretaria Municipal de habitação e Saneamento  
M.D. Secretario  
Atila da Rocha.  
Nesta

**C – Edital publicado em Diário Oficial, convocando Audiência Pública em 19 de Junho de 2008, para tratar sobre o Projeto Habitacional Ponta do Leal.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL**

### **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental convida a população de Florianópolis e todos os interessados a participar de Audiência Pública sobre o Projeto Habitacional Porta do Leal, a realizar-se no dia 19 de Junho de 2008 das 19:00 às 21:00 no Auditório do Centro de Operações da CASAN, sito à rua Quinze de Novembro nº 129 - Balneário - Estreito - Florianópolis/SC.

Conteúdos a serem abordados:

- . Apresentação do Projeto Habitacional;
- . Apresentação da Proposta de Distribuição das Famílias nas unidades habitacionais;
- . Decisão sobre a adesão da comunidade Porta do Leal ao Projeto Habitacional.

Florianópolis, 03 de junho de 2008